

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TABATINGA
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

VALDONEI RODRIGUES CARVALHO

**QUALIDADE DA EDUCAÇÃO OFERTADA AOS ALUNOS
KOKAMAS DA ESCOLA MUNICIPAL INDIGENA PARANÁ
DA SAUDADE-COMUNIDADE TAUARU**

**Tabatinga-AM
2017**

VALDONEI RODRIGUES CARVALHO

**QUALIDADE DA EDUCAÇÃO OFERTADA AOS ALUNOS
KOKAMAS DA ESCOLA MUNICIPAL INDIGENA PARANÁ
DA SAUDADE-COMUNIDADE TAUARU**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC
apresentado como requisito parcial para a
obtenção de grau de licenciado em Pedagogia
pela Universidade do Estado do Amazonas.

Orientador (a): Prof. Sebastião Rocha Sousa

**Tabatinga – AM
2017**

VALDONEI RODRIGUES CARVALHO

**QUALIDADE DA EDUCAÇÃO OFERTADA AOS ALUNOS
KOKAMAS DA ESCOLA MUNICIPAL INDIGENA PARANÁ
DA SAUDADE-COMUNIDADE TAUARU**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC apresentado
como requisito parcial para a obtenção do grau de
licenciado em Pedagogia pela Universidade do
Estado do Amazonas.

Aprovado em _____ de _____ 2017

BANCA AVALIADORA

Prof. Dr. SEBASTIÃO ROCHA SOUSA

Prof. Ma. ROSI MÉRI BUKOWITZ JANKAUSKAS
Centro de Estudos Superiores de Tabatinga

Prof. Ma. ROSINEÁ AUX. P. DOS SANTOS
Centro de Estudos Superiores de Tabatinga

**Tabatinga – AM
2017**

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Tancredo Hayden Carvalho e Maria Aparecida; a meus irmãos que sempre tiveram ao meu lado; a minha esposa Marileidy e a meu filho Jose Pedro que sempre me deram força para lutar. A os meus tios Nilson e Zenilton e também a os meus outros tios não citado aqui que me deram apoio nas horas que eu mais precisei; Ao meu primo Aldair que não conseguiu terminar sua faculdade por motivo de falecimento quando estava cursando o 4º período do curso de biologia; aos meus três irmãos, falecidos ainda criança e não conseguiram dar orgulho aos meus pais; à comunidade de Tauaru, área da minha pesquisa; Ao professor Sebastião pelo apoio nessa longa caminhada e a todos os componentes do GPEDA que me ajudaram a crescer no conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a **Deus** por ter me dado a oportunidade de viver e alcançar meus objetivos. A UEA por ter me ajudado a alcançar um dos meus objetivos. A minha **família: Pai:** (Tancredo Hayden Carvalho), **Mãe:** (Maria Aparecida Jumbato Rodrigues), aos meus **Irmão:** (Tatiana Rodrigues Carvalho, Natan Rodrigues Carvalho, Luciana R. C, Rafaela R. C, Iris Rodrigues Carvalho, Tancredo Rodrigues Carvalho Filho), a minha **Esposa:** (Marileidy Rocha Lopes), ao meu **Filho:** (José Pedro Lopes Carvalho), a os meus **Avôs:** (Wilson Carvalho de Almeida e Messias Soares Rodrigues), as minhas **Avós:** (Carmita da Costa Figueiredo e Rosa Jumbato da Silva), aos meus **Tios:** (Lindemilson da Costa Carvalho, Zenilton da Costa Carvalho, Denilson Hayden Carvalho, Genilson Hayden Carvalho, Elenilson Hayden Carvalho, Wilson Carvalho Almeida, Alzeniro Hayden Carvalho, Altevair da Silva Carvalho, Leandro da Silva Carvalho, Ageu T. Carvalho, Thiago Tananta, Ernei Bento Ferreira, Antovila T. Carvalho, Aldo Almeida Grande, Sirilo Fernandes, Roberto Fernandes, Manuel Hayden de Oliveira, Adelson W. Rodrigues, Agenor Costa Carvalho, Abnadar Costa Carvalho, Marcos Catique Curico), as os meus **Tios:** (Messias Jumbato Rodrigues, [...]), as minhas **Tias:** (Marilene Hayden Carvalho, Claracir Maricaua, Silvana Jumbato, Auzindia da Silva Carvalho, Miriane Grande, Cassia Bezerra, Evanei da Silva, Luzanira Nogueira, Vandra Fernandes, Maria Grande de Almeida, Neuzinete Oliveira, Maiza Maricaua), aos meus **Primos:** (Andrei Hidalgo Fernandes, Joel dos Santos Carvalho, Alrinez Carvalho Gomes, Leones Lopes Carvalho, Alzenilson dos Santos Carvalho, Sansão Carvalho Gomes, Josy dos Santos Carvalho, Abraão Carvalho Gomes, Cleiton Maricaua Carvalho, Cleison Carvalho, Alvanei Gomes Carvalho, Mauricinho Carvalho Gomes, Tarciso Maricaua Carvalho, Adriano Maricaua Carvalho, William Maricaua Carvalho, Renato Lopes, Alessandro Lopes, Lindenberg Lopes, Richardson de Oliveira Carvalho, Fabricio de Oliveira Carvalho, Raul de Oliveira Carvalho, Vinicios Hidalgo Fernandes, Alexandre Hidalgo Fernandes, Vandermicio Carvalho, Odenei Ferreira, José Luis da Silva Carvalho, Wildson Silva Carvalho, Alvaro Carvalho Gomes, Aldenei Carvalho Gomes, Tafarel Nogueira, Antunes Nogueira, Marcio Carvalho Gomes), as minhas **Primas:** (Tarcina da Silva Carvalho, Sheuly Hidalgo Fernandes, Nailcy dos Santos, Adriana H. Fernandes), agradeço por ter me dado apoio para que eu pudesse realizar meus sonhos. Aos meus **cunhados e Amigos:** (Jonakson Brilhante, Raimundo Rocha Lopes, Carlinho Ataide, Nelsinho Cruz, Silas Tenazor Hilario). Aos meus professores que no decorrer do meu curso me repassaram conhecimento, principalmente aos **professores:** Sebastião Rocha Sousa, Marcella Pereira Cunha, Cristiane Suely Melo de Carvalho, Rosi Méri Bukowitz Jankauskas, Francisco Gleison Souza Rodrigues, Maria Auxiliadora Coelho Pinto, Luís Felipe Lacerda, Darcimar Souza Rodrigues, Rosineá Aux. P. dos Santos, Zequias Ribeiro Montalvan Filho.

Aos meus amigos de Faculdade que sempre estiveram ao meu lado durante esses mais de quatro anos, em especial aos meus amigos Thiago Lima, Dheymison Soares e Walber Tananta, Renan Ribeiro Coelho, Maiber Pedroza; a todos os demais colegas que me auxiliaram de forma indireta na minha formação e a minha comunidade onde realizei a minha pesquisa.

“Tudo posso naquele que me fortalece. ”
Filipenses 4-13

LISTA DE SIGLAS

RCNEI – Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas.

CF – Constituição Federal.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

PNE – Plano Nacional de Educação.

OIT – Organização Internacional do Trabalho.

MEC - Ministério da Educação e Cultura

RESUMO

Este tem como tema Qualidade da Educação Ofertada aos Alunos Kokamas da Escola Municipal Indígena Paraná da Saudade-Comunidade Tauaru e como objetivo geral: Verificar a qualidade da educação ofertada na Escola Municipal Indígena Paraná da Saudade – Comunidade Tauaru e objetivos específicos: Identificar os problemas existentes que dificultam o desenvolvimento da educação, Analisar os problemas que dificultam o trabalho dos professores e o desenvolvimento dos alunos, Descrever os problemas existentes como resultado alcançado pela pesquisa. Tem como Linha de pesquisa: educação sociedade, cultura, Tipo de pesquisa: Investigativa, Método de abordagem qualitativa, delimitando-se como objeto a Educação dos alunos indígenas Kokama da escola municipal indígena Paraná da saudade - comunidade Tauaru, Técnica de pesquisa: entrevistas, observação e questionário. Procura demonstrar a qualidade da educação ofertada para os alunos indígenas Kokama da comunidade Tauaru. Seu conteúdo apresenta a maneira como a educação indígena está sendo ofertada e quais métodos e propostas são utilizados para o processo de ensino. Aborda, ao mesmo tempo, o contexto histórico da educação voltada para os povos indígenas, visando as leis e diretrizes criadas para a garantia do direito a uma educação diferenciada; e também, as propostas voltadas para o fortalecimento da identidade, cultura e a valorização dos conhecimentos tradicionais. Enfatiza as problemáticas existentes na oferta da educação, fazendo um parâmetro das relações humanas, sociais, políticas e pedagógica entre professores, alunos, pais, comunidade e o município. Salienta o compromisso dos educadores, educandos, gestão, comunidade e também do município com educação que está sendo oferecida para os discentes nesse local, e de que maneira os alunos estão absorvendo esses conhecimentos. Expõe-se as maiores dificuldades enfrentadas pelos alunos e pelos professores no que se refere ao ensino ofertado.

Palavras-Chave: Qualidade. Educação indígena. Dificuldades. Compromisso.

RESUMEN

Este tema tiene como tema la calidad de la educación ofrecida a los alumnos Kokamas de la Escuela Municipal Indígena Paraná de la Salud-Comunidad Tauaru y como objetivo general: Verificar la calidad de la educación ofrecida en la Escuela Municipal Indígena Paraná de Saudade - Comunidad Tauaru y objetivos específicos: Identificar los problemas existentes que dificultan el desarrollo de la educación, Analizar los problemas que dificultan el trabajo de los profesores y el desarrollo de los alumnos, Describir los problemas existentes como resultado alcanzado por la investigación. La sociedad de la información, la cultura, el tipo de investigación: la investigación, el método de enfoque cualitativo, delimitando como objeto la educación de los alumnos indígenas Kokama de la escuela municipal indígena Paraná de la nostalgia - comunidad Tauaru, Técnica de investigación: entrevistas, Observación y cuestionario. Se busca demostrar la calidad de la educación ofrecida para los alumnos indígenas Kokama de la comunidad Tauaru. Su contenido presenta la manera como la educación indígena está siendo ofrecida y qué métodos y propuestas se utilizan para el proceso de enseñanza. Aborda al mismo tiempo el contexto histórico de la educación orientada a los pueblos indígenas, visando las leyes y directrices creadas para la garantía del derecho a una educación diferenciada; Y también, las propuestas dirigidas al fortalecimiento de la identidad, cultura y la valorización de los conocimientos tradicionales. Enfatiza las problemáticas existentes en la oferta de la educación, haciendo un parámetro de las relaciones humanas, sociales, políticas y pedagógicas entre profesores, alumnos, padres, comunidad y el municipio. Destaca el compromiso de los educadores, educandos, gestión, comunidad y también del municipio con educación que se está ofreciendo a los alumnos en ese lugar, y de qué manera los alumnos están absorbiendo esos conocimientos. Se expone las mayores dificultades enfrentadas por los alumnos y los profesores en lo que se refiere a la enseñanza ofrecida.

Palavras-Chave: Calidad. Educación indígena. Dificultades. Compromiso.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. CAPÍTULO I – REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
1.1. UM BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: LUTAS E CONQUISTAS.....	13
1.2. Declaração das nações unidas sobre os direitos dos povos indígenas.....	16
1.3. Constituição federal de 1988.....	18
1.4. Diretrizes e bases da educação nacional – LDB, lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.....	20
1.5. Lei 10.172/Plano Nacional de Educação.....	22
1.6. Lei. 13.005/14, Plano Nacional de Educação.....	25
1.7. Convenção 169 da Organização Internacional do trabalho - OIT sobre povos indígenas e tribais.....	27
1.8. A formação dos professores indígenas.....	29
1.9. Escola indígena espaço de formação dos alunos.....	31
1.10. Os saberes tradicionais das escolas indígenas: respeito e valores.....	33
2. CAPÍTULO II – MATERIAIS E MÉTODOS.....	35
3. CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS.....	60
APÊNDICES.....	61

INTRODUÇÃO

É importante verificar a qualidade da educação que está sendo ofertada nas escolas indígenas tendo em vista que no decorrer dos tempos tem surgido muitos problemas que tem afetado as comunidades indígenas referente a educação. A educação indígena tem obtido avanços significativos no que se refere às legislações, uma vez que foram criadas muitas leis e diretrizes para garantir aos povos indígenas o direito a uma educação de qualidade e diferenciada, visando a valorização da realidade, cultura, identidade, conhecimentos tradicionais e a língua materna.

Consideramos ainda que mesmo com a garantia dos direitos perante as leis ainda há muitos conflitos e contradições na oferta do ensino, tendo em vista que os estados e municípios não estão trabalhando em conjunto como as comunidades indígenas para discutir as propostas voltada para a educação. Ressaltamos também que as propostas que estão sendo aplicada nas escolas indígenas não estão satisfazendo as necessidades dos alunos, e também vale a pena refletir sobre o currículo desenvolvido nos contextos educacionais.

É valido destacar que temos que levar em conta não somente as propostas e os currículos, mas também os conteúdos que serão aplicados. De acordos com os preceitos legais, os conteúdos a serem aplicados nas escolas indígenas devem ter sentido para a comunidade, devem abranger a temática indígena e também a realidade dos alunos inseridos no contexto. Também devemos levar em contas a formação e qualificação dos professores que estão atuando, aplicando os conteúdos e desenvolvendo as atividades nas aldeias, visando uma maior absorção dos conhecimentos.

Devemos alertar para o fato de que é necessário repensar as propostas voltadas para a oferta do ensino dos educandos inseridos nesse contexto educacional e nas ações do município, da comunidade e também dos professores. Neste sentido, está pesquisa revela as formas da educação indígena na escola, a aplicação dos conteúdos e o repasse dos conhecimentos.

O presente trabalho foi realizado na escola Municipal Indígena Paraná da Saudade, comunidade de Tauaru, tem como tema: Qualidade da Educação Ofertada aos Alunos Indígenas Kokamas da Escola Municipal Indígena Paraná da Saudade-Comunidade Tauaru, como objetivo geral: Verificar a qualidade da educação ofertada na Escola Municipal Indígena Paraná da Saudade – Comunidade Tauaru, objetivos específicos: Identificar os problemas existentes que dificultam o desenvolvimento da educação, Analisar os problemas que dificultam o trabalho dos professores e o desenvolvimento dos alunos, Descrever os problemas existentes como resultado alcançado pela pesquisa. Tem como Linha de pesquisa: educação sociedade, cultura, Tipo de pesquisa: Investigativa, Método de abordagem qualitativa, delimitando-se

como objeto a Educação dos alunos indígenas Kokama da escola municipal indígena Paraná da Saudade - comunidade Tauaru, Técnica de pesquisa: entrevistas, observação e questionário. Procura demonstrar a qualidade da educação ofertada para os alunos indígenas Kokama da comunidade Tauaru. Para melhor entendimento, este trabalho está dividindo em 3 (três) capítulos. No primeiro capítulo, é teorizado os fundamentos legais da oferta da educação indígena, tendo em vista os fundamentos contidos na Legislação Federal de 1988, Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas - RCNEI, Plano Nacional de Educação - PNE, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Organização Internacional do Trabalho – OIT, entre outros.

No segundo capítulo, é apresentado os métodos utilizados para a obtenção dos dados analisados para o resultado alcançado pela pesquisa. No terceiro capítulo, constam a análise, as discussões e os resultados alcançados pela pesquisa sobre a qualidade da educação indígena ofertada na Escola Municipal Indígena Paraná da Saudade.

1 UM BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: LUTAS E CONQUISTAS

Para refletir sobre a educação indígenas na atualidade vamos primeiramente fazer uma viagem no tempo para ver o histórico da educação escolar indígena: lutas e conquistas. É sabido que a vida dos povos indígenas foi turbulenta e cheia de lutas travadas para alcançar um espaço dentro da sociedade e dos direitos garantidos por leis. Um desses problemas foi a luta para garantir a integração da educação no sistema de ensino regular brasileiro.

O RCNEI a partir do

Decreto Presidencial nº 26, de 1991, atribui ao MEC a competência para integrar a educação escolar indígena aos sistemas de ensino regular, coordenando as ações referentes àquelas escolas em todos os níveis e modalidades de ensino. O mesmo decreto atribui a execução dessas ações às secretarias estaduais e municipais de educação, em consonância com as diretrizes traçadas pelo MEC. (RCNEI,1998. p. 32).

Perante o decreto, o MEC teve que integrar a educação escolar indígena em todos os níveis de ensino e, dessa maneira, garantido o direito dos povos indígenas a terem acesso à educação, tanto a nível estadual como municipal.

Essa foi uma das conquistas que os povos indígenas obtiveram perante as suas lutas por uma educação que oferecesse sua qualidade. Mas sabemos que ainda há muitos povos indígenas sem acesso à educação, mesmo que estando o direito na lei e decretado a oferta de educação para os índios. Ressaltando ainda que embora muitos povos indígenas usufruam de uma educação escolar, as ações educativas não respeitam sua cultura, crenças e valores, mesmo estando assegurados nas leis a educação diferenciada para os indígenas.

Em atendimento às determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que estabelece enfaticamente a diferenciação da escola indígena das demais escolas do sistema pelo respeito à diversidade cultural e à língua materna, e pela interculturalidade, o MEC objetiva, com este material, auxiliá-lo no seu trabalho educativo diário junto às comunidades indígenas. (RCNEI, 1998. p. 5).

Com a determinação da Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional que estabelece enfaticamente a diferenciação da escola indígena das demais escolas do sistema pelo respeito à diversidade cultural e à língua materna, teria a necessidade de todos os municípios mudarem suas políticas de educação de acordo com o que está previsto em lei aos povos indígenas, ressaltamos que, na prática, essas leis não estão sendo cumpridas pelos estados e pelos municípios.

Os povos indígenas são amparados pela legislação e outras diretrizes criadas para garantir aos indivíduos índios o direito à saúde, à educação, à cidadania, ao território entre outras coisas, mas esses direitos não são respeitados em várias partes do nosso Brasil, principalmente no estado do Amazonas, onde se localiza a maior quantidade de indígenas do país. Esse é um dos maiores problemas que têm dificultado a vida e o desenvolvimento dos povos indígenas nessa região. Além disso, a discriminação dos alunos indígenas por professores e também por colegas de classe constitui um outro problema que vem afetando a educação.

Essa realidade é frequentemente vista no contexto educacional tanto da educação básica como dentro da universidade, uma vez que o discente índio tem várias dificuldades dentro de uma sala de aula, principalmente quando sai de sua comunidade para estudar em outra escola muito diferenciada do seu contexto de origem.

As leis garantem uma escola diferenciada para os indígenas, mas esse processo não tem ajudado tanto como o esperado, pois muitos indígenas saem de seu local de origem, onde foram alfabetizados, em busca de qualidade de vida e mais oportunidade de crescimento. Muitos, após terminarem o ensino fundamental e o ensino médio, deslocam-se para os centros urbanos em busca de cursar uma faculdade ou participar de concursos públicos. Todavia, nesses locais, o sistema de educação tem métodos diferenciados, novas técnicas de aplicação de conteúdos que não são de temáticas indígenas, assim dificultando o processo de formação do indígena.

É nesse meio termo que as dificuldades aparecem, quando os alunos indígenas se deparam com uma realidade diferenciada, na qual não se valoriza a cultura, a identidade, seus conhecimentos e sua língua materna. Por conta disso, muitos dos alunos indígenas desistem de estudar, não conseguem formação universitária, e, os que conseguem, obtêm uma formação fragmentada que pode prejudicar os discentes que estarão no contexto educacional onde esse profissional estará atuando.

A educação escolar indígena no Brasil vem obtendo, desde a década de 70, avanços significativos no que diz respeito à legislação que a regula. Se existem hoje leis bastante favoráveis quanto ao reconhecimento da necessidade de uma educação específica, diferenciada e de qualidade para as populações indígenas, na prática, entretanto, há enormes conflitos e contradições a serem superados. (RCNEI, 1998. p. 11).

O direito a uma escola indígena diferenciada é garantido por lei e está na legislação, garante aos indígenas uma formação, na qual seus saberes tradicionais são valorizados. Os povos tradicionais vêm ganhando direito no meio social e com o passar do tempo alguns problemas têm surgido como a discriminação e a violência contra os indivíduos indígenas e também a aceitação dos mesmos pela sociedade não indígena.

A partir desta concepção, pode-se dizer que há muitas leis que garantem o direito dos povos indígenas colocadas em vigor pelos estados e municípios. Ressaltamos também que foram e estão sendo criadas leis e diretrizes que amparam as sociedades indígenas e essas propostas são considerados como um avanço significativo. Na atualidade, esses povos têm reivindicado os seus direitos garantidos na constituição.

Nos últimos anos, os professores indígenas, a exemplo do que ocorre em muitas outras escolas do país, vêm insistentemente afirmando a necessidade de contarem com currículos mais próximos de suas realidades e mais condizentes com as novas demandas de seus povos. (RCNEI, 1998. p. 11).

É válido destacar que é necessário a mudança dos currículos das escolas para melhor atender a demanda de alunos indígenas, com a mudança do currículo facilita a vivência e formação de alunos inseridos no contexto educacional.

Como já foi apontado, o currículo brasileiro não ampara diretamente essa demanda de aluno, mas com algumas mudanças nas leis e lutas desses povos por uma educação que pudesse atender suas necessidades foram criadas muitas diretrizes para serem executadas nas escolas dos povos tradicionais indígenas. Mesmo sendo pequenas as mudanças e ainda existindo barreiras, essas propostas têm contribuído para o desenvolvimento desse povo.

Diante disso pressupõem-se demonstrar que essas mudanças no currículo são significativas para a sociedade referida, esses povos terão um desenvolvimento que significará muito para eles dentro da educação brasileira. A partir dessa perspectiva, percebe-se que precisamos de muito mais propostas que favoreçam essa demanda social do discente e também que essas propostas possam respeitar a sua cultura e seus conhecimentos tradicionais e também sua língua. Convém advertir que por motivos de muitas discriminações existentes no meio social, desde a época da colonização, muitos alunos indígenas não querem mais se declarar como índio por medo de sofrerem discriminações e repressão. As repressões sofridas por esses discentes tem sido um fator prejudicial ao seu desenvolvimento, e mesmo com as mudanças nas leis brasileiras ainda existem esses fatos.

De modo geral, pode-se concluir que há necessidade de um currículo que ampare os indígenas tanto nas escolas municipais quanto nas estaduais. Tendo em vista que, quando eles terminarem o ensino fundamental e iniciarem o ensino médio em uma escola estadual, os mesmos não terão dificuldades, porque o currículo e as propostas voltadas para a educação indígenas vão ser as mesmas, assim esses indivíduos poderão continuar estudando e fortalecendo sua base de conhecimento.

Argumenta-se que com os avanços tecnológico do país surge a necessidade de que os alunos indígenas busquem cada vez mais uma educação de qualidade que possa contribuir para seu desenvolvimento e também para o de suas aldeias.

A educação escolar indígena no Brasil vem obtendo, desde a década de 70, avanços significativos no que diz respeito à legislação que a regula. Se existem hoje leis bastante favoráveis quanto ao reconhecimento da necessidade de uma educação específica, diferenciada e de qualidade para as populações indígenas, na prática, entretanto, há enormes conflitos e contradições a serem superados. (RCNEI,1998. p. 11).

Como observamos acima, as leis garantem uma educação diferenciada para os povos indígenas, mas na prática há enormes conflitos e contradições no que se refere ao cumprimento dessas leis e diretrizes. Os alunos indígenas não estão tendo a oferta de uma educação que atenda suas necessidades e respeite seus valores e sua cultura, como está previsto nos preceitos legais. Há muitos conflitos e contradições em relação a execução das leis e diretrizes que garantem os direitos dos povos indígenas. Enfim, esses problemas têm dificultado o desenvolvimento dessa classe social.

Para melhor compreender o desenvolvimento da educação escolar indígena no Brasil, além das políticas implementadas, faz-se necessário investigar também a legislação, pois um dos mais preciosos documentos para o estudo da evolução do caráter de uma civilização se encontra na Legislação escolar, nos planos e programas de ensino e no conjunto das instituições educativas. (AZEVEDO, 1996, p.56)

1.2. Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas

Tomando nota sobre a recomendação que figura na Resolução 1/2 do Conselho dos Direitos Humanos, de 29 de junho de 2006, da qual o Conselho aprovou o texto da Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas:

A declaração afirma que os povos indígenas são iguais a todos os demais povos e reconhecendo ao mesmo tempo o direito de todos os povos a serem diferentes, a se considerarem diferentes como tais. (LEGISLAÇÃO INDIGENISTA BRASILEIRA, 2008. p.25).

A declaração das Nações Unidas, sobre os direitos dos povos indígenas, garante que o índio é igual a todos os demais e dessa maneira tem os mesmos direitos igualmente a outros povos. O indígena tem direito à cidadania, ao território, à educação garantidos por leis que estão em vigência na Constituição Federal de 1988, LDB 9.394/66, Lei 10.172/Plano Nacional De

Educação, Lei. 13.05/14 Plano Nacional De Educação, Convenção 169 da OIT e na Legislação Indigenista Brasileira.

Dessa maneira os povos indígenas são aparados por leis que estão em vigência, ressaltando que há muitos casos de desrespeito dos direitos humanos dos indígenas mesmo estando em leis.

Afirma também que a necessidade urgente de respeitar e de promover os direitos intrínsecos dos povos indígenas que derivam de suas estruturas políticas, econômicas e sociais e de suas culturas, de suas tradições espirituais, de sua história e de sua concepção da vida, especialmente os direitos às suas terras, territórios e recursos.

Portanto, os povos indígenas merecem respeito, suas culturas, sua identidade, valores, crenças devem ser respeitado pelos demais povos, sendo que eles também contribuem para a diversidade cultural.

Sabemos que os índios têm muitas dificuldades no mundo, uma delas é a desvalorização de sua língua e pouca aceitação do indivíduo pela sociedade. Muitos dos indígenas sofrem discriminações que acabam prejudicando sua cultura e seu desenvolvimento no meio social, na maioria das vezes os mesmos já não se identificam como indígenas por medo de sofrer preconceito.

Eles ainda têm muitas dificuldades em relação à educação, uma vez que é exigido que eles aprendam a língua portuguesa para que eles possam se desenvolver no meio educacional. Há muitos problemas também no seu processo de aprendizagem como a falta de compromisso dos professores.

Os professores que ministram aula nas aldeias indígenas não são indígenas e esse é um dos maiores problemas, sendo que os professores que são enviados para esses locais não respeitam a cultura indígena e usam a educação com uma forma de dominação e não com um processo que ajudaria os mesmos a fortalecerem sua identidade. Mesmo que esteja nas leis em vigor, os seus direitos não são cumpridos na prática.

O trecho da declaração das nações unidas sobre os direitos dos povos indígenas, artigo 31 diz que

Os povos indígenas têm o direito de manter, controlar, proteger e desenvolver seu patrimônio cultural, seus conhecimentos tradicionais, suas expressões culturais tradicionais e as manifestações de suas ciências, tecnologia e culturas, compreendido os recursos humanos e genéticos, as sementes, os medicamentos, o conhecimento das propriedades da fauna e da flora, as tradições orais, as literaturas, os desenhos, os esportes e jogos tradicionais e as artes visuais e interpretativas. Também têm o direito de manter sua propriedade intelectual sobre o mencionado patrimônio cultural, seus conhecimentos tradicionais e suas expressões culturais tradicionais. Em conjunto com

os povos indígenas, os estados adotarão medidas eficazes para reconhecer e proteger o exercício desses direitos. (Legislação indigenista Brasileira, 2008. p.31).

Como vemos no trecho acima, os indígenas têm autonomia de decidir, manter, proteger e desenvolver seu patrimônio cultural, ressalto que na realidade não é o que vemos, também nos mesmos trechos vemos a frase que ressalva que “Em conjunto com os povos indígenas, os estados adotarão medidas eficazes para reconhecer e proteger o exercício desses direitos”, sendo que na prática os direitos não são respeitados e também vemos que o estado por si só adota medidas que serão aplicadas aos povos indígenas, principalmente na área de educação e não em conjunto como está exposto acima. E mesmo havendo reivindicações dos povos indígenas, essas leis não são abdicadas, sendo que só fica no papel, mais na prática é muito diferente, e não há fiscalização para ver se essas leis estão sendo colocadas em vigência.

1.3. Constituição Federal de 1988

Na Constituição Federal de 1988 está em vigência a Lei Nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Nesta lei, está o artigo 1º, que regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressivamente e harmoniosamente à comunhão nacional.

O artigo 2º cumpre à união, aos estados e aos municípios, bem como aos órgãos das respectivas administrações indiretas, nos limites de sua competência, para a proteção das comunidades indígenas e a preservação dos seus direitos. Dessa maneira, os estados e os municípios devem fazer com que essas leis sejam retiradas do papel para serem cumpridas pela sociedade, respeitando e protegendo os direitos dos povos.

De acordo com as leis, os povos indígenas têm toda autonomia para escolher seus meios de vida e subsistência. Em relação a educação, o índio deve ser alfabetizado de acordo com a língua do grupo a que pertence e em português, salvaguardando o uso da primeira como está exposto no Títulos V, Art. 49 da Constituição Federal de 1988: “A alfabetização dos indígenas far-se-á na língua do grupo a que pertencem, e em português, salvaguardando o uso da primeira”. (Legislação indigenista Brasileira, 2008. p.52).

Essa proposta de alfabetização para os povos indígenas faz com que a cultura e a língua sejam valorizadas e isso fortalece sua identidade. Se ela fosse executada, como ressalva a lei, proporcionaria um bom desenvolvimento educacional. Todavia, há muitos problemas que dificultam a execução desse processo de alfabetização. O primeiro deles é o desconhecimento

das leis que garantem esses direitos pelos indígenas e pelos não indígenas. A consequência disso é que os indígenas deixam de reivindicar o direito adquirido.

O segundo consiste na obrigatoriedade do ensino de língua portuguesa, visto que ela é usada como um processo de dominação, resultando na perda da diversidade cultural e na extinção das línguas indígenas, pois é pregado, pela sociedade em geral, que o indígena, para ser civilizado, deve abdicar sua identidade, cultura, valores, crenças. E quando há resistência dos povos indígenas, eles sofrem discriminações e violência. Isso acarreta no abandono do seu modo de vida, construído ao longo do tempo pelos seus ascendentes.

A língua indígena é desvalorizada pela sociedade e pelo estados e municípios, quando os índios não a usam no processo de alfabetização. Enquanto que a língua portuguesa é predominante em todos os contextos educacionais indígenas sem que haja a valorização da língua materna. Quando a criança indígena entra na escola, ela deixa de falar sua língua, quando ela é alfabetizada somente em português. Isso causa muitos obstáculos na sua aprendizagem e a educação escolar indígena fica fragmentada.

Os indígenas são inseridos no contexto educacional não indígenas e acabam sofrendo discriminações por demonstrarem muitas dificuldades na fala e na sua aprendizagem, assim acabam sendo excluídos pelos próprios colegas não indígenas. Mesmo estando na lei, um crime contra os índios, a discriminação existe com frequência. Em algumas entrevistas e reportagens com indígenas, eles falam que um dos maiores problemas é a aceitação dos mesmos pela sociedade. Não aceitam sua cultura, sua língua entre outros costumes indígenas e assim sofrem discriminações.

De acordo com um trecho do RCNEI (1998), a Constituição Brasileira de 1988 traçou, pela primeira vez na história brasileira, um quadro jurídico novo para a regulamentação das relações do Estado com as sociedades indígenas contemporâneas. Rompendo com uma tradição de quase cinco séculos de política integracionista, ela reconhece aos índios o direito à prática de suas formas culturais próprias. O título VI "Da Ordem Social" contém um capítulo denominado "Dos índios", onde diz que "são reconhecidos aos índios a sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens".

Com o texto constitucional em vigor, abre-se, aos povos indígenas, a perspectiva de afirmação e reafirmação de seus valores culturais, de suas línguas, de suas tradições e de suas crenças. O Estado não só deve garantir a existência (transitória) das populações indígenas, mas também contribuir eficazmente para a reafirmação e valorização de suas culturas e línguas.

Para que seja preservada a unificação dos procedimentos na relação entre Estado e povos indígenas, a Constituição mantém, no seu artigo 22, inciso XIV, a competência privativa da União de legislar sobre essas populações. Já o artigo 210 assegura às comunidades indígenas, no Ensino Fundamental regular, o uso de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem e garante a prática do ensino bilíngue em suas escolas. Ao passo que o artigo 215 define como dever do Estado a proteção das manifestações culturais indígenas. A escola constitui, assim, instrumento de valorização dos saberes e processos próprios de produção e recriação de cultura, que devem ser a base para o conhecimento dos valores e das normas de outras.

O artigo 22 da constituição ressalva que o estado deve adotar medidas para a proteção das populações indígenas de acordo com está exposto abaixo:

Art. 22. Os estados adotarão medidas, juntos com os povos indígenas, para assegurar que as mulheres e as crianças indígenas desfrutem de proteção e de garantias plenas contra todas as formas de violência e discriminação. (LEGISLAÇÃO INDIGENISTA BRASILEIRA, 2008. p.30).

Como vemos, o estado tem o dever de assegurar a proteção contra formas de violência e discriminações. No entanto, na maioria das vezes, essas leis não são respeitadas pelos indivíduos não indígenas, principalmente no contexto educacional.

1.4. Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, completasse a legislação educacional emanada da Constituição de 1988. Em seu Título VIII - "Das Disposições Gerais", artigos 78 e 79, a LDB trata especificamente da educação escolar indígena. O artigo 78 determina que caberá ao Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolver programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os objetivos de:

1º) proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas e a valorização de suas línguas e ciências; 2º) garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.

A LDB garante também aos povos indígenas o direito de estabelecerem formas particulares de organização escolar - como, por exemplo, um calendário próprio e lhes assegura

autonomia no que se refere à criação, ao desenvolvimento e à avaliação dos conteúdos a serem incorporados em suas escolas. Mesmo assim, muitas vezes, as discussões das propostas da educação para os indígenas não são feitas por eles mesmos.

A LDB abre a possibilidade para que a escola indígena, na definição de seu projeto pedagógico, estabeleça não só a sua forma de funcionamento, mas os objetivos e os meios para atingi-los. Com relação à elaboração do currículo, a LDB enfatiza, no artigo 26, a importância da consideração das "características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela" de cada escola, para que sejam alcançados os objetivos do ensino fundamental como está exposto abaixo:

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada exigidas pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. (LDB, 1996).

O RCNEI ressalva que no caso das escolas indígenas, para que seja garantida uma educação diferenciada, não é suficiente que os conteúdos sejam ensinados através do uso das línguas maternas: é necessário incluir conteúdos curriculares propriamente indígenas e acolher modos próprios de transmissão do saber indígena. Mais do que isto, é imprescindível que a elaboração dos currículos, entendida como processo sempre em construção, se faça em estreita sintonia com a escola e a comunidade indígena a que serve, e sob a orientação desta última.

A LDB defende uma educação diferenciada para os povos indígenas, mas também ressalta que não somente uma educação diferenciada que vai proporcionar o ensino e a aprendizagem, mas é necessário incluir conteúdos propriamente indígenas, deixando-os escolher os métodos e as formas de transmissão do conteúdo.

Também há a necessidade de elaboração de um currículo que possa ser aplicado nas comunidades indígenas, visto que os mesmos têm seus próprios modos de aprender e de adquirir os conhecimentos. Desse modo, o currículo adaptado às particularidades de cada etnia respeitará sua cultura.

Há muitas reivindicações da parte dos indígenas pela construção de um currículo que respeite sua cultura, língua, identidade, crenças e costumes. Os conteúdos, aplicados nas escolas indígenas, devem ser bem selecionados para que tenham sentido na vida dos alunos, assim os mesmos terão mais interesse perante os conteúdos abordados.

Mas a preocupação da LDB não é somente com o currículo diferenciado e nem com os conteúdos a serem abordados, mas também com os professores que, possivelmente, ministrarão as aulas no contexto educacional, conforme ressalva o art. 87 da LDB:

Com relação à formação do professor, a Lei, em seu artigo 87, parágrafo 3º, inciso III, obriga a União, os Estados e os Municípios a realizarem programas de formação e capacitação de todos os professores em exercício, inclusive com recursos de educação à distância. O parágrafo 4º, do mesmo artigo, diz que até o fim da década na Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço. (Legislação indigenista Brasileira, 2008.p.465).

Dessa maneira, os professores devem estar habilitados em nível superior para que eles tenham autonomia para assumir uma sala de aula. Esse é um dos grandes problemas que faz com que a educação indígena seja considerada de má qualidade, haja vista que a maioria dos professores atuantes na educação indígenas tem somente o 3º ano do Ensino Médio.

Mesmo com o desenvolvimento da educação brasileira, ainda há professores sem nenhuma formação ministrando aulas nas aldeias indígenas. Os povos indígenas têm reivindicado aos gestores dos estados e municípios que eles elaborem medidas eficazes para mudar a situação da educação. Mesmo assim, a situação continua da mesma maneira e os mais prejudicados são os alunos, que não estão tendo uma educação de qualidade.

De acordo com o RCNEI (1998), as leis dão abertura para a construção de uma nova escola, que respeite o desejo dos povos indígenas por uma educação que valorize suas práticas culturais e lhes deem acesso aos conhecimentos e práticas de outros grupos e sociedades.

Uma normatização excessiva ou muito detalhada pode, ao invés de abrir caminhos, inibir o surgimento de novas práticas pedagógicas e falhar no atendimento às demandas particulares colocadas para esses povos. A proposta da escola indígena diferenciada representa uma grande novidade no sistema educacional do país, exigindo das instituições e dos órgãos responsáveis a definição de novas dinâmicas, concepções e mecanismos, tanto para que essas escolas sejam de fato incorporadas e beneficiadas por sua inclusão no sistema, quanto respeitadas em suas particularidades.

1.5. Lei 10.172/Plano Nacional de Educação

De acordo com o diagnóstico constante na lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, no Brasil, desde o século XVI, a oferta de programas de educação escolar às comunidades indígenas esteve pautada pela catequização, civilização e integração forçada dos índios à sociedade nacional. Dos missionários jesuítas aos positivistas do Serviço de Proteção aos Índios; do ensino catequético ao ensino bilíngue, a tônica foi uma só: negar a diferença, assimilar os índios, fazer com que eles se transformassem em algo diferente do que eram. Nesse

processo, a instituição da escola entre grupos indígenas serviu de instrumento de imposição de valores alheios e negação de identidades e culturas diferenciadas.

Só em anos recentes esse quadro começou a mudar. Grupos organizados da sociedade civil passaram a trabalhar junto com comunidades indígenas, buscando alternativas à submissão desses grupos, como a garantia de seus territórios e formas menos violentas de relacionamento e convivência entre essas populações e outros segmentos da sociedade nacional. A escola entre grupos indígenas ganhou, então, um novo significado e um novo sentido, como meio para assegurar o acesso a conhecimentos gerais sem precisar negar as especificidades culturais e a identidade daqueles grupos. Diferentes experiências surgiram em várias regiões do Brasil, construindo projetos educacionais específicos à realidade sociocultural e histórica de determinados grupos indígenas, praticando a interculturalidade e o bilinguismo e adequando-se ao seu projeto de futuro.

Como podemos perceber no trecho da lei 10.172/2001, a educação era usada com uma forma de dominação, em que era exigido aos índios o abandono de todos seus costumes, crenças e cultura, língua e identidade e a aderência a outra cultura que não era sua, tornando-o diferente do que era. De acordo com a história, os índios eram forçados a abandonar tudo o que tinham construído no decorrer de sua ascendência-descendência e quando havia resistência, era usada a violência.

Os anos se passaram e a escola indígena ganhou outros significados, porque os povos indígenas foram conquistando seu espaço no meio social. Além disso, foram criadas leis para garantirem seus direitos a ter educação escolar que pudesse suprir suas necessidades de valorização da sua cultura, costumes e crenças. Contudo uma das dificuldades enfrentadas pelos indígenas é fazer com que essas leis sejam cumpridas e respeitadas.

Com a educação oferecida aos índios nos primórdios, muitos povos indígenas foram prejudicados, em virtude de algumas línguas indígenas terem sido extintas, como podemos perceber nos dias atuais que há indivíduos que não falam mais a língua de seu povo.

Defendemos uma educação diferenciada, com um currículo que respeite as particularidades de cada povo, dê todo o suporte para o fortalecimento da identidade, que pudesse proporcionar a os mesmos conhecimentos e aprendizagem. Há necessidade de que os estados e municípios proporcionem medidas para fazer com que as leis sejam executadas, haja vista que muitas vezes, os estados e os municípios não oferecem esse suporte, desrespeitando os direitos garantidos.

Lei 10.172/2001 ressalva que a educação bilíngue, adequada às peculiaridades culturais dos diferentes grupos, é melhor atendida através de professores índios. É preciso reconhecer

que a formação inicial e continuada dos próprios índios, enquanto professores de suas comunidades, deve ocorrer em serviço e concomitantemente à sua própria escolarização. A formação deve capacitar os professores para a elaboração de currículos e programas específicos para as escolas indígenas a fim de contemplar o ensino bilíngue, no que se refere à metodologia e ensino de segundas línguas e ao estabelecimento e uso de um sistema ortográfico das línguas maternas; a condução de pesquisas de caráter antropológico visando à sistematização e incorporação dos conhecimentos e saberes tradicionais das sociedades indígenas e a elaboração de materiais didático-pedagógicos, bilíngues ou não, para uso nas escolas instaladas em suas comunidades.

O estado deve dar todo o suporte para os professores elaborarem os currículos e programas específicos para as escolas indígenas como está exposto abaixo:

Atribuir aos Estados a responsabilidade legal pela educação indígena, quer diretamente, quer através de delegação de responsabilidades aos seus Municípios, sob a coordenação geral e com o apoio financeiro do Ministério da Educação. (Legislação indigenista Brasileira, 2008. p.469).

Como vemos acima, o estado tem o dever e responsabilidade legal pela educação indígena, deve também responsabilizar os seus municípios, e com o apoio financeiro do Ministério da Educação brasileira fazer com que a educação indígena seja desenvolvida em conformidade com as leis contidas na Constituição Federal e na LDB. A Constituição Federal também assegura às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem com este exposto abaixo:

A Constituição Federal assegura às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. (Legislação indigenista Brasileira, 2008. p.469).

A Constituição Federal formaliza que as comunidades indígenas utilizem a língua materna no seu processo de aprendizagem. Dessa maneira, os mesmos estarão valorizando e fortalecendo sua língua, o que possibilitará um melhor desenvolvimento, pois os indígenas se sentirão à vontade para aprender, porque as aulas, os conteúdos e os conhecimentos serão repassados na sua língua para melhor comunicação.

Há também a necessidade de regularizar juridicamente as escolas indígenas, contemplando as experiências bem-sucedidas em curso e reorientando outras para que elaborem regimentos, calendários, currículos, materiais didático-pedagógicos e conteúdos programáticos adaptados às particularidades étno-culturais e linguísticas próprias a cada povo indígena. (Legislação indigenista Brasileira, 2008. p.469).

Na atualidade, há muitas outras escolas no Brasil que elaboram calendários, currículos e matérias didáticos e pedagógicos para trabalhar com essa parcela de alunos. O trabalho que está sendo executado está dando certo e correspondendo às perspectivas esperadas. Com isso, seria necessário levar essas propostas a outras escolas e fazer adaptações de acordo com a particularidade de cada povo para que da mesma maneira se desenvolvesse.

Para que essas propostas sejam implementadas, os estados e municípios devem elaborar medidas eficazes para que seja aplicado de acordo com as particularidades de cada povo, sendo que os mesmos devem discutir e aplicar as propostas em conjunto com a sociedade indígena respeitando sua cultura e técnicas de aprender e de adquirir o conhecimento.

1.6. Lei. 13.005/14 - Plano Nacional de Educação

A lei 13.005/2014 do Plano Nacional de Educação ressalva no art. 2 diretrizes que contribuirão para o melhor desenvolvimento da educação. A partir dessa perspectiva, as diretrizes são propostas para que a educação possa se desenvolver no país em todos os níveis e modalidades de ensino. Sabemos que no país ainda existem muitos problemas que precisam ser superados em relação à educação. Citaremos alguns desses problemas: falta de professores qualificados, analfabetismo, qualidade da educação, desigualdades educacionais e discriminação no contexto educacional principalmente na escola indígena.

Fazendo uma análise da educação indígenas podemos perceber que existem problemas que têm dificultado no processo de desenvolvimento, mesmo com criação das leis para garantir os direitos dos povos indígenas a terem uma educação de qualidade. Tais problemas devem ser revistos para que possam ser criadas propostas eficazes de erradicação desses problemas.

O estado dever está preparado junto com os seus municípios e buscar medidas que auxiliem o bom desenvolvimento da educação indígena em todos os níveis e modalidades.

Art. 8. II - Considerem as necessidades específicas das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, asseguradas a equidade educacional e a diversidade cultural. (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014/PNE).

Neste artigo, considera-se a necessidade de uma educação específica para a comunidade indígena, que assegure a diversidade cultural e o direito de cada indivíduo inserido no contexto educacional. Essas propostas atendem às necessidades de cada povo, pois elas têm como objetivo a valorização da cultura, identidade dos povos indígenas. Na atualidade já podemos perceber algumas mudanças no desenvolvimento da educação ofertada para os povos indígenas.

Ressaltando que nos primórdios a educação indígena era usada como forma de dominação dos povos, era imposta não para tornar os índios qualificados, mas sim para fazer com que os mesmos negassem a si mesmo e deixassem seus costumes, crenças e cultura e se tornassem pessoas diferentes do que eram. Com o desenvolvimento da educação e do nosso país, essa perspectiva vem mudando, pois, nos dias atuais, surgiram novos olhares e novas perspectivas da educação proposta para os índios, além de várias leis para desenvolver a educação.

O PNE também sugere o desenvolvimento da tecnologia pedagógica no contexto educacional como podemos ver abaixo:

Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014/PNE).

Pode-se desenvolver as tecnologias pedagógicas combinando com as atividades didáticas para o desenvolvimento da educação, considerando as especificidades de cada povo, e com isso, haverá a valorização das culturas, identidades, línguas, crenças.

A educação indígena é uma educação diferenciada, pois a população indígena tem formas e técnicas diferentes de adquirir o conhecimento. Então há a necessidade de uma educação com métodos e conteúdos que respeitem a cultura de cada indivíduo inserido no meio educacional.

Um dos maiores problemas existentes é a aceitação das sociedades indígenas pelo meio social, há alguns casos de violência contra indígenas e discriminações por eles se considerarem diferentes.

Como se percebe, os povos indígenas têm a carência de um currículo diferenciado, mas também é necessário levar em conta a qualidade da formação dos professores. O PNE defende a formação continuada dos professores para que os mesmos possam atuar nos vários níveis e modalidades diferentes da educação.

Implantar, ao longo deste PNE, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades quilombolas. (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014/PNE)

A formação continuada é fundamental em todas as modalidades e níveis da educação, essa formação faz com os professores se qualifiquem e se preparem ainda mais para exercer a função no mercado de trabalho. Na atualidade, faz-se necessário que os estados e municípios elaborem

propostas eficazes para dar continuidade na formação dos docentes, levando em conta o desenvolvimento da educação, sendo que a necessidade de professores qualificados é muito maior.

Os professores devem estar preparados para que possam desenvolver um trabalho de qualidade em sala de aula com os alunos. De um modo geral, pode-se concluir que está surgindo novos conteúdos e novas tecnologias e os professores devem estar preparados para lidar com essas novas modalidades de ensino. A formação continuada faz com os professores tenham acesso a novos conteúdos e também tenham uma preparação muito maior e elevada, ressaltando que os mesmos poderam ter mais suporte na execução do seu trabalho.

A partir desta concepção o professor deve estar preparado para elaborar currículos e propostas pedagógicas específicas para educação escolar indígenas com novos métodos e novas didáticas que os auxiliarão no desenvolvimento dos alunos, fortalecendo sua identidade e também sua cultura. Também se faz necessário inserir conteúdos culturais correspondentes com a sua realidade, assim proporcionado o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena.

Desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas para educação escolar para as escolas do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os (as) alunos (as) com deficiência. (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014/PNE)

1.7. Convenção 169 da Organização Internacional do trabalho - OIT sobre povos indígenas e tribais.

O decreto nº 5.051 de 19 de abril de 2014 garante que os povos indígenas adquiram educação em todos os níveis para que os mesmos possam ter uma educação que fortaleça sua cultura e lhes proporcionem o ensino e aprendizagem, respeitando seus valores e seus métodos de adquirir o conhecimento. Segundo a parte VI do art. 27 da Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais:

Os programas e os serviços de educação destinados aos povos interessados deverão ser desenvolvidos e aplicados em cooperação com eles, a fim de responder às suas necessidades particulares e deverão abranger a sua história, seus conhecimentos e técnicas, seus sistemas de valores e todas suas demais aspirações sociais, econômica e cultural. (LEGISLAÇÃO INDIGENISTA BRASILEIRA, 2008. p.61).

A citação esclarece que os programas e os serviços da educação devem ser aplicados em cooperação com os povos para que sejam respeitados seus valores, conhecimentos suas técnicas entre outras coisas que a educação tem a tendência de respeitar. Na atualidade, podemos perceber que os povos indígenas estão participando bem pouco das decisões sobre assuntos a serem implantados no meio social indígena. Um exemplo é a oferta da educação, na qual os indígenas não estão tendo autonomia de escolher os professores e nem os conteúdos que vão ser ministrados nas escolas das aldeias. E dessa maneira a gestão do município ou dos estados decide pelos índios e não trabalha em conjunto desrespeitando toda a cultura e as leis criadas para garantir os seus direitos.

Esses são os maiores problemas que estão fazendo da educação indígena uma educação de má qualidade, e está prejudicando o desenvolvimento de todos inseridos no processo. Não está sendo executado na prática mesmo que na conversão 169 da OIT ressalva que os povos têm todo o direito de participar da formulação, execução de programas de educação e na realização de programas que possam ser usados para o seu desenvolvimento.

O descumprimento das leis é visível perante nossos olhos, é, por causa dessas situações, que os indígenas estão reivindicando não somente seus direitos mais que as leis sejam cumpridas e executadas.

Ainda defendemos uma educação diferenciada para os povos indígenas, uma educação que possa ser usada como base para que o índio seja visto como um ser capaz e igual a todos os demais indivíduos da sociedade, que não sofra violência em nem discriminações.

Uma educação que ofereça os suportes necessários para que os mesmos se desenvolvam e ganhem seu espaço no meio social. O governo deveria adotar medidas para o cumprimento das leis que garantem uma qualidade de vida melhor ao indivíduo indígena.

No RCNEI:

O primeiro instrumento internacional especificamente destinado a reconhecer direitos mínimos aos povos indígenas foi a Convenção sobre a Proteção e Integração das Populações Aborígenes e outras Populações Tribais e Semi-Tribais nos Países Independentes, adotada em 1957 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Contendo 37 artigos, essa Convenção, conhecida como de nº 107, estabelece a proteção das instituições, das pessoas, dos bens e do trabalho dos povos indígenas e reconhece o direito à alfabetização em línguas indígenas. Estabelece, também, que os Estados signatários devem adotar medidas contra o preconceito do restante da população nacional que possa afetar a imagem e os direitos dos povos indígenas. (RCNEI,1998. p. 33).

A partir dos anos 70, essa Convenção passou a receber fortes críticas por seu viés integracionista e por assumir que as decisões relativas ao desenvolvimento dos povos indígenas eram da competência dos governos e não das comunidades indígenas. No final dos anos 80, a Convenção foi revista e deu origem a uma outra, a Convenção nº 169, chamada Convenção

sobre os Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes, proclamada em 1989. O ponto fundamental desta Convenção é reconhecer que cabe aos povos indígenas decidir quais são suas prioridades em matéria de desenvolvimento e que eles têm o direito de participar dos planos e programas governamentais que os afetem.

Diferentemente da Convenção anterior, esta reconhece que a diversidade étnico-cultural dos povos indígenas deve ser respeitada em todas as suas dimensões. No que concerne à educação, a Convenção prevê a participação dos povos indígenas na formulação e na execução de programas de educação, o direito de criarem suas próprias instituições e meios de educação, de alfabetizarem suas crianças em sua própria língua e na língua oficial do país em que vivem.

A conversão 169 da OIT surge para fortalecer e garantir que os direitos indígenas perante a educação sejam respeitados levando em conta as particularidades desses povos e também valorizando sua cultura, identidade, costumes, e fazendo se cumprir os seus direitos à uma educação de qualidade.

1.8. A formação dos professores indígenas.

Sabe-se através do desenvolvimento em todos os níveis e modalidade de ensino da educação, surge também um problema que é a má formação dos professores, principalmente aqueles professores que atuam nos níveis ensino da educação indígenas. Um fato curioso é que os docentes que atuam na educação indígena muitos deles não têm uma formação e, quando tem, é uma formação fragmentada onde não houve preparação para atuar na educação específica.

O PNE defende a formação continuada de professores e foram criadas diretrizes para garantir a oferta de curso presencial a distância para os mesmos.

Iniciar, logo após a aprovação do Plano, a oferta de cursos a distância, em nível superior, especialmente na área de formação de professores para a educação básica. (Lei 10.172/2001)

A citação permite-nos entender a importância dos cursos com objetivos da formação continuada, principalmente os professores da educação básica. Portanto, os profissionais devem estar bem preparados para atuar na educação básica, principalmente no nível da educação indígenas, que requer mais conhecimento para elaboração de proposta e seleção dos conteúdos que serão aplicados. As propostas, conteúdos e professores devem respeitar a cultura, identidade, costumes, crenças e as formas de o índio adquirir e aplicar os conteúdos, sendo

necessário que os professores, juntamente com os povos tradicionais, discutam as melhores opções para aplicar na educação indígena sem desprezar os seus direitos e conhecimentos.

Criar, tanto no Ministério da Educação como nos órgãos estaduais de educação, programas voltados à produção e publicação de materiais didáticos e pedagógicos específicos para os grupos indígenas, incluindo livros, vídeos, dicionários e outros, elaborados por professores indígenas juntamente com os seus alunos e assessores. (Lei 10.172/2001)

De um modo geral, pode-se concluir a importância dos programas voltados à produção e publicação de materiais didáticos e pedagógicos específicos para os grupos indígenas. Esses materiais incluem livros, dicionários e outros que poderão dar suporte para os professores e para os alunos no contexto educacional.

Deve ser levado em conta, a necessidade do Ministério da Educação e os órgãos estaduais de elaborar proposta para dar suporte à educação indígena e aos professores que atuam na modalidade, sendo que já existem algumas propostas mais ainda não foram colocados em prática. Além do mais, como a educação indígena é uma educação diferenciada, há a necessidade de professores indígenas para fazer a alfabetização na língua materna de acordo com as reivindicações dos povos, levando em conta o conhecimento informal que os mesmos adquiriram no seu dia-a-dia no contexto da família.

Instituir e regulamentar, nos sistemas estaduais de ensino, a profissionalização e reconhecimento público do magistério indígena, com a criação da categoria de professores indígenas como carreira específica do magistério, com concurso de provas e títulos adequados às particularidades linguísticas e culturais das sociedades indígenas, garantindo a esses professores os mesmos direitos atribuídos aos demais do mesmo sistema de ensino, com níveis de remuneração correspondentes ao seu nível de qualificação profissional (Lei 10.172/2001).

Portanto, foram criadas muitas diretrizes para garantir uma educação de qualidade para os povos indígenas, e também para qualificação dos professores que poderão atuar e estão atuando na educação. Essas capacitações tornaram os professores atores principais do novo cenário da educação voltada para os povos indígenas, sendo que os mesmos puderam dar um novo sentido e um novo rumo para as propostas relevantes a educação.

Na atualidade, a escola indígena é vista com um novo olhar, hoje algumas propostas já estão sendo executadas e gerando benefícios para a população. Mas ainda há muitos problemas que tem dificultado o desenvolvimento dos povos indígenas no que se refere a educação, um desses problemas é aceitação e execução das diretrizes voltadas para o desenvolvimento da qualidade do ensino que é ofertado.

Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores (as) para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores (as) para a alfabetização. (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014/PNE)

O decreto 13.005, de 25 de junho de 2014/PNE propõe diretrizes para promover e estimular a formação inicial e continuada de professores para alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras.

Essas propostas asseguraram aos indígenas a alfabetização na língua materna, os conteúdos passaram a ser selecionados, conteúdos com temáticas indígenas, os professores passaram a valorizar mais os conhecimentos tradicionais, os alunos passaram a valorizar sua identidade, cultura e seus conhecimentos.

1.9. Escola indígena espaço de formação dos alunos

Hoje com o desenvolvimento do nosso país na área das indústrias e tecnologias cresce a demanda de trabalho, dentre esses fatos cresce a necessidade de uma educação de qualidade que possa contribuir e satisfazer a necessidade de um mercado capitalista que está cada vez mais exigente. Ressaltando que a educação vem crescendo e desenvolvendo a cada dia, essa realidade não se diferencia quando falamos do povo indígena.

A realidade da educação dos povos indígenas vem sendo discutida há muito tempo, pois foram criadas leis e diretrizes e também muitos autores publicaram artigos e monografia fazendo referência a essa educação diferenciada e também sobre as dificuldades enfrentadas pelos alunos indígenas dentro do contexto escolar e nas universidades. Podemos levantar hipóteses de como é ofertado a educação para o povo indígenas e de que forma essa educação é repassada, qual é a formação dos profissionais que ministram aulas para esses discentes. Será que a educação que está sendo ofertada satisfaz a necessidade do indivíduo que está inserido no contexto educacional?

A partir dessa perspectiva vale se pensar em um modelo de educação que suprirá a necessidade de cada aluno indígena que está ou que ainda vai entrar no contexto escolar. A demanda de alunos indígenas em busca de uma educação que possa atender sua necessidade vem crescendo a cada dia e essa busca por essa educação de qualidade vem provocando muitos problemas como, por exemplo, a dificuldade enfrentada pelos discentes que saem de suas aldeias e se destacam para o centro urbano em busca de uma educação de qualidade.

E necessário que o processo de alfabetização desses discentes possa ser um processo que vai fortalecer sua base de conhecimento, sua cultura, identidade. De um modo geral, pode-se concluir que é necessária uma educação de qualidade que possa preparar e contribuir para o desenvolvimento de cada aluno indígena. Deve-se salientar que vivemos em um país que tem um modelo de sistema capitalista, de modo geral favorece as pessoas que tenham uma qualificação elevada. Sendo assim, é necessário se qualificar para se destacar no mercado de trabalho, caso contrário, o indivíduo é automaticamente descartado. Diante desta análise, é necessário que as pessoas busquem se qualificar, visando a uma vida de mais oportunidade no mercado de trabalho.

Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas. (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014/PNE)

Do que foi exposto, podemos inferir para que os alunos tenham uma formação de qualidade é necessário a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades das escolas do campo e das comunidades indígenas.

Os métodos e técnicas das escolas indígenas estão sendo considerados por alguns pesquisadores da área como métodos fragmentados, a educação indígena é vista como de má qualidade, onde não respeitam os saberes tradicionais, e não está fortalecendo a identidade dos alunos. De acordo com algumas pesquisas feitas no âmbito da escola voltadas para os povos indígenas, pode-se identificar que os alunos não estão recebendo uma educação que lhe proporcione um desenvolvimento adequado.

De acordo com o que está ressaltado nas leis e diretrizes da Constituição Federal de 1988, na LDB e no Plano nacional da educação brasileira, os alunos indígenas devem receber uma educação diferenciada, e através dessa diferenciação os mesmos tem autonomia de participar das discussões volta para a escola indígenas, entretanto escolhendo os melhores conteúdos com temáticas indígenas e também escolhendo os métodos e as técnicas de como esses conteúdos serão aplicados e abordados levando em conta o meio social onde estão inserido.

A Constituição de 1988 e a nova LDB incorporam o princípio de garantir aos povos indígenas o direito de utilizar suas línguas maternas ao longo do processo educativo, oral e escrito, de todos os conteúdos curriculares. O português aparece como segunda língua, em suas modalidades oral e escrita, entretanto a alfabetização deve ser na língua materna.

O ensino fundamental nas comunidades indígenas, segundo o preceito constitucional, deverá ser oferecido também nas suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem, para o que será necessário formar professores dessas mesmas comunidades. (Lei 10.172/2001/PNE)

Esta citação expõe a necessidade de formar professores para atuarem em suas próprias comunidades, assim o mesmo poderá realizar um trabalho de qualidade, sendo que esse profissional terá autonomia e domínio sobre todos conhecimentos tradicionais existentes no contexto social onde está inserido, executando sua profissão. Entretanto, os alunos poderão ser alfabetizados na sua língua materna e o professor poderá levar em conta todos os conhecimentos que os alunos já detêm, como por exemplo os conhecimentos sobre a natureza e sobre tudo que está ao seu redor e também no seu dia-a-dia, levar também em conta os conhecimentos sobre modo de pesca, caça, sobre as plantas medicinais que são utilizados nas aldeias entre outros conhecimentos tradicionais.

Como se percebe, a alfabetização dos alunos na sua língua materna é fundamental no processo de ensino e aprendizagem do mesmo, tendo em vista que os mesmos não apresentaram dificuldades porque terão domínio sobre todos os conhecimentos e conteúdos aplicados e desenvolvidos pelos professores e pela escola, ressaltando que eles se sentirão mais à vontade para aprender e se desenvolver.

O sistema da escola indígena e os currículos da educação ainda precisam ser revistos e analisados para serem inseridas novas propostas que poderão ser desenvolvidas nesse nível de ensino. Nesse sentido, com o viés de oferecer uma educação voltada para o fortalecimento da identidade dos povos indígenas. Tendo em vista que não somente os itens lecionados acima mas também as propostas de formação de professores que estarão atuando nessa modalidade da educação.

1.10. Os saberes tradicionais das escolas indígenas: respeito e valores

Devemos alertar para o fato de que os conhecimentos tradicionais das escolas e dos alunos indígenas devem ser respeitados levando em conta a sua contribuição para a diversidade cultural do país. De modo geral, os povos indígenas detêm uma grande quantidade de conhecimentos tradicionais que tem ajudado no seu desenvolvimento ao longo do tempo.

Esses saberes tradicionais são constituídos de conhecimentos que pertencem as suas tradições como por exemplo o uso dos remédios caseiros, técnicas de pescar, caçar e plantar,

conhecimento sobre os insetos, animais, aves, plantas, árvores e sobre o seu território, entre outros conhecimentos que lhe proporcionam benefícios.

Os professores podem inserir esses conhecimentos que os povos tradicionais detêm nas áreas de geografias, biologia, matemática, língua portuguesa, filosofia, antropologia, pedagogia, medicina entre outras áreas do conhecimento. Dessa maneira, esses conhecimentos tradicionais estarão sendo valorizados, divulgados e respeitados pelas escolas e pela sociedade.

Ao logo do tempo, esses conhecimentos tradicionais têm estado em conflito com os conhecimentos científicos, em virtude de suas eficácias não foram comprovadas pela ciência e assim são desvalorizados pelas sociedades que não depende dos mesmos para sobrevivência. A falta de conhecimento da sociedade em relação a esses saberes tradicionais tem causado muitas discriminações e violência e desrespeitos perante as pessoas.

Os professores devem estar bem preparados para trabalhar com essa parcela de alunos e também para criar propostas que vão beneficiar os povos indígenas e seus conhecimentos.

Os textos produzidos em língua portuguesa, ou para ela traduzidos, nas escolas e comunidades indígenas, têm sido uma forma privilegiada de divulgação dos conhecimentos tradicionais e de afirmação étnica. Esses materiais fornecem dados importantes sobre as diferentes culturas indígenas e suas tradições, permitindo que, através deles, a diversidade cultural no país torne-se mais evidente e possa ser mais respeitada. (RCNEI, 1998. p. 121).

A citação é esclarecedora e permite entender que as traduções dos textos indígenas para a língua portuguesa têm feito com que a sociedade tenha conhecimentos sobre a sua cultura, identidade, costumes, crenças, valores e sobre os conhecimentos tradicionais. Essa é uma maneira de fazer com que os povos e conhecimentos indígenas sejam valorizados pelo restante da sociedade. É também uma forma de fazer com que os seus direitos sejam respeitados de acordo com os preceitos legais. Do modo geral, pode-se concluir que é uma forma de preservar e repassar a cultura para as próximas gerações, tendo em vista que os povos indígenas detêm uma quantidade enorme de conhecimentos sobre a sua própria cultura e também sobre a natureza, entre outros conhecimentos e se não houver o repasse, eles serão perdidos e não se propagarão.

2. CAPÍTULO II - MATERIAIS E MÉTODOS

Linha de pesquisa: educação sociedade, cultura

Para fazer a pesquisa optou-se pelos estudos de fenômenos com abordagem qualitativa, delimitando-se como objeto a Educação dos alunos indígenas Kokama da escola municipal indígena Paraná da Saudade - comunidade Tauaru - zona rural-município de Tabatinga-AM, repensando essa educação como um fator muito importante para os discentes da escola Paraná da Saudade.

A importância de conhecer os tipos de pesquisas existentes está na necessidade de definição dos instrumentos e procedimentos que um pesquisador precisa utilizar no planejamento da sua investigação.

O tipo de pesquisa categoriza a pesquisa na sua forma metodológica de estratégias investigativas. Mas é preciso que o pesquisador saiba usar os instrumentos adequados para encontrar respostas ao problema que ele tenha levantado. (KAUARK. 2010, p.25).

Como instrumentos de coleta de dados, foram utilizados entrevistas, observação e questionário. Os dados foram coletados no contexto em atenção, junto aos professores, pessoas da equipe pedagógica, alunos e pais e representante da comunidade Tauaru.

Para o estudo da temática, o tipo de pesquisa foi o estudo de fenômeno, onde o objeto da pesquisa foi a Educação dos alunos indígenas Kokama da escola municipal indígena Paraná da Saudade e tudo envolvido a ela.

No procedimento, foi utilizado o método de abordagem qualitativa que tem o ambiente natural direto para coletas de dados, focalizando a realidade das problemáticas encontradas. Na qualidade da educação ofertada na Escola Indígena Paraná da saudade. A pesquisa qualitativa segundo Bogdan e Biklen (1982 apud LUDKE, 1986, p.90) “[...] tem um ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento [...]”. Ou seja, o pesquisador deve estar atento às observações feitas no âmbito escolar, onde obterá dados necessários para pesquisa.

A utilização do método de procedimento indutivo é fundamental, pois o pesquisador não pode generalizar, partindo da educação repassada para os discentes, pois podemos fazer análises dos problemas educacionais, relacionados à temática.

Para coleta de dados foram utilizadas algumas técnicas de pesquisas, tais como observação, questionários e entrevistas com os sujeitos. O método de observação é não participativa, porque o pesquisador só observa e não interage no contexto pesquisado e nem interfere no processo.

O método indutivo é aquele em que se utiliza a indução, processo mental em que, partindo-se de dados particulares, devidamente constatados, pode-se inferir uma verdade geral ou universal não contida nas partes examinadas.

Foi também utilizada a técnica de pesquisa como o questionário para a obtenção de dados. Os questionários foram abertos e fechados para que os entrevistados possam colaborar com a pesquisa. O questionário aberto foi para obter informações para o estudo de fenômeno, onde constavam perguntas a serem respondidas objetivamente. Para que os dados fossem mais precisos, foram elaborados questionários fechados, onde constavam perguntas com respostas de múltipla escolha.

A aplicação de um questionário permite recolher uma amostra dos conhecimentos, atitudes, valores e comportamentos. Deste modo, é importante ter em conta o que se quer e como se vai avaliar, devendo haver rigor na seleção do tipo de questionário a aplicar de modo a aumentar a credibilidade do mesmo. Algumas dessas vantagens, que se tornam mais claras quando o questionário é comparado com a entrevista. (GIL, 2008, p.121).

A entrevista não estruturada é aquela na qual o entrevistador faz abertamente como se fosse uma conversa informal, o pesquisador conversa com o entrevistado que lhe dá o retorno com as respostas e também pode observar sua postura, e dessa maneira o pesquisador também pode pedir permissão do entrevistado para fazer a gravação do que está sendo exporto pelo indivíduo em atenção.

Os dados foram analisados com a propostas de Minayo (1996 p.227):

“A união da hermenêutica com a dialética leva o intérprete a entender o texto, a fala, o depoimento, como resultado de um processo social (trabalho e dominação) e processo de conhecimento (expresso em linguagem), ambos frutos de múltiplas determinações, mas com significado específico”.

Como apontado a pesquisa não é um ponto de chegada para a construção do conhecimento, é através das pesquisas que podemos obter mais informações, referem-se também as relações entre ciência e relação das experiências das realidades, ou seja, a pesquisa será de aproximação de uma dada realizada e não algo concreto. Seguindo o que propõe a autora utilizaremos os seguintes passos para a análise: ordenação dos dados, classificação e análise final dos dados.

Através desses recursos, faz-se necessário também estabelecer a delimitação dessa problemática, através de observações prévias do campo de pesquisa, pois primeiramente percebe-se os problemas existentes no contexto pesquisado e também aqueles no contexto

educacional referido e de como eles interferem no desenvolvimento da educação da escola Paraná da Saudade localizada na comunidade Tauaru.

Para tanto, utilizamos a observação participante, aplicação de questionários com questões específicas, história de vida e entrevistas com docentes, corpo técnico e alunos, pais e representante da comunidade Tauaru onde se localiza o contexto em atenção.

Ao final da coleta de todos os dados, foi feita a análise dos mesmos para que se pudesse responder à temática e aos objetivos da pesquisa.

A pesquisa foi realizada com os alunos da escola, pais e professores da comunidade através de questionários abertos e fechados, entrevistas, conversas informais. Constatou-se através das conversas informais os pais, alunos e professores se sentiam mais à vontade para falar sobre a educação que era oferecida na escola. Com essa técnica, obteve-se mais informações diante de outras técnicas e métodos utilizados.

Na escola, a demanda de alunos é muito ampla. Então foram selecionados alguns alunos para que fosse realizado a aplicação dos questionários e também para fazer as entrevistas, da mesma maneira foram feitas com os pais e professores, foram selecionados e aplicados os questionários e em seguida entrevistados.

Os dados obtidos com a pesquisa foram analisados com a proposta de Minayo (1996): A união da hermenêutica com a dialética leva o intérprete a entender o texto, a fala, o depoimento, como resultado de um processo social (trabalho e dominação) e processo de conhecimento (expresso em linguagem), ambos frutos de múltiplas determinações, mas com significado específico”.

3. CAPITULO III - APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS, ANÁLISE E/OU DISCUSSÃO DOS MESMOS.

Este capítulo apresenta os resultados e discussões alcançados no decorrer da pesquisa no contexto educacional da Escola Municipal Indígena Paraná da Saudade – comunidade de Tauaru município de Tabatinga-AM. A escola foi fundada 02 de Março de 1982, atualmente tem como gestoras (Maria Grandes de Carvalho), conta com uma quantidade de (200) Alunos, tem demanda de (08) professores. Na escola, são oferecidos os níveis de ensino: ensino fundamental de 1º ano ao 5º ano, no turno vespertino, ensino fundamental de 6º ano ao 9º ano, no turno matutino. Também tem o ensino médio de 1º ano ao 3º ano, tecnológico, aulas via IPTV, no período noturno. Além disso, na escola, funciona o sistema multisseriado por motivos de ter uma demanda de alunos muito grande.

A pesquisa aborda a qualidade da educação ofertada aos alunos indígenas Kokama inseridos no contexto educacional da escola. Sendo que a partir dessa temática aplicada obtemos os resultados esperados.

O objetivo da pesquisa era verificar a qualidade da educação oferecida, identificar os problemas existentes que dificultavam o desenvolvimento da educação, analisar os problemas que dificultam o trabalho dos professores e o desenvolvimento dos alunos, descrever os problemas existentes como resultado alcançado pela pesquisa.

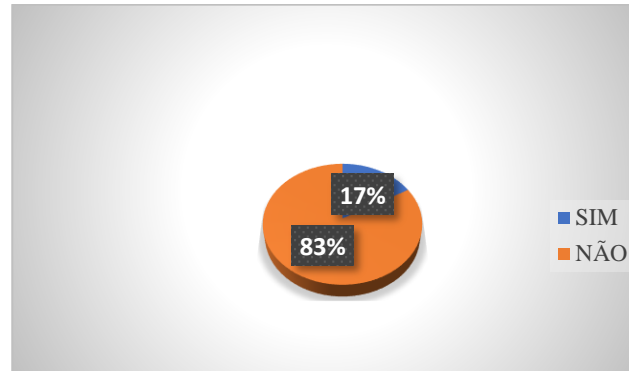
Apresentaremos agora os resultados da pesquisa no que diz respeito a qualidade da educação ofertada aos indígenas Kokama da Escola Indígena Paraná da Saudade. Os resultados serão divididos em três partes: na primeira, serão apresentadas as perguntas e respostas dos questionários aplicados para os alunos. No segundo momento, serão apresentadas as perguntas e as respostas dos questionários aplicados aos professores; já na terceira etapa, estaremos apresentando as perguntas e respostas dos questionários aplicados aos pais. Ressaltando que a cada etapa serão apresentadas discussões dos resultados alcançados pela pesquisa.

A pesquisa foi realizada com os alunos da escola, pais e professores da comunidade através de questionários abertos e fechados, entrevistas, conversar informais. Constatou-se através das conversas informais os pais, alunos e professores se sentiam mais à vontade para falar sobre a educação que era oferecida na escola. Com essa técnica, obteve-se mais informações diante as outras técnicas e métodos utilizados.

Na escola, a demanda de alunos é muito ampla. Então foram selecionados alguns alunos para que fossem aplicados os questionários e também para fazer as entrevistas. Da mesma maneira, foram feitas com os pais e professores. Ressaltando que as aplicações dos questionários só foram feitas com alunos selecionados para a pesquisa. A esse respeito adverte

que quando se perguntou aos alunos entrevistados, sobre a oferta da educação, as respostas foram as seguintes, conforme ilustra o gráfico nº1.

Gráfico N° 1. OFERTA DE EDUCAÇÃO NA ESCOLA.



Fonte: Carvalho, V.R. 13-05-2017.

No gráfico acima demonstra que 83% dos alunos selecionados para a pesquisas responderam que a educação ofertada não está satisfazendo suas necessidades, sendo apenas 17% responderam que a educação responde suas expectativas.

Por esse viés é necessário analisar as respostas dos alunos perante os dados que o gráfico demonstra.

Analisando as respostas dos alunos percebe-se que a educação que está sendo ofertada nas escolas não está satisfazendo as necessidades de cada indivíduo. Sendo que os mesmos identificam alguns problemas que tem dificultado o desenvolvimento da educação no local. Esses problemas podem ser descritos pelos alunos como a falta de compromisso dos professores perante a educação dos mesmos, sendo que os professores não estão atendendo as necessidades dos alunos como os esclarecimentos dos conteúdos repassados. Ressaltamos também que de acordo com as respostas dos alunos, identificamos que os mesmos têm poucos dias de aulas e esses dias não estão sendo o suficiente para lhes proporcionar conhecimento.

Percebe-se que os professores não têm boa convivência dentro do contexto da escola. Neste sentido, a falta do diálogo entre os professores e os alunos tem prejudicado o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem observando que sua oferta não está satisfatória.

O diálogo entre alunos e professor é fundamental como diz Paulo Freire, 1987:

Desta maneira, o educador já não é o que apenas educa, mais o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos,

assim, se tornam sujeito do processo em que crescem juntos em que os “argumentos da alteridade” já, não valem (FREIRE, 1987, p. 39).

Diante da análise da citação podemos dizer que o diálogo entre o educador e educando tem um papel fundamental no desenvolvimento dos mesmos. Sendo que é a partir das conversas formais e informais que esses indivíduos trocarão conhecimento, tornando o educador aprendiz do meio social onde estão inseridos. De acordo com Freire (1987), no momento que o professor educa também é educado através do diálogo que tem com os discentes.

A conversa com os discentes é uma forma de ter acesso a sua realidade, tendo em vista o respeito pelos conhecimentos que os mesmos já trazem de casa e de sua cultura para ser inserido e repassado no contexto educacional.

Os professores devem estar preparados para lidar com esses alunos que trazem consigo muitos conhecimentos tradicionais, sendo que é a partir desse contexto que o diálogo do educador vai ser fundamental para mediar esses conhecimentos.

A esse respeito, adverte-se que o diálogo é uma ponte que leva e traz conhecimentos entre dois ou mais indivíduos inseridos no mesmo contexto, é partindo dessa concepção que podemos dizer que o conhecimento se constrói ao longo do tempo. Ressaltando que cada pessoa tem sua forma de pensar, de agir e de ver o mundo. Em outras palavras, cada pessoa tem seu ponto de vista, suas próprias ideias e é através do diálogo que essas pessoas poderão construir novos conhecimentos, novas ideias sobre determinado texto, assunto ou situações.

Partindo desse viés, podemos perceber a importância que tem o diálogo no contexto educacional, como esclarecimento dos conteúdos repassados, construção de um novo pensar, e na elaboração de novas ideias e de construção do conhecimento críticos.

Nas sociedades indígenas, os conhecimentos tradicionais são muito importantes, e a maioria desses conhecimentos são repassados de geração a geração através das conversas informais que os mais velhos tem com os mais novos e no contexto educacional não é diferente.

O conhecimento só é repassado se os professores apresentarem uma boa relação e comprometimento com a educação dos discentes. As boas relações se constituem ao longo dos tempos através dos ótimos diálogos que os indivíduos têm entre si, um respeitando os conhecimentos e pontos de vista do outro.

A partir dessa perspectiva, podemos perceber a importância da valorização dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas. Ressaltando que os alunos indígenas detêm um gama de conhecimento que são desvalorizados pelo restante da sociedade. O educador deve

estar preparando para lidar com esses discentes proporcionado um contexto onde exista valorização desses conhecimentos tradicionais.

Como apontado anteriormente, questiona-se como os alunos poderão se desenvolver ou ter um bom relacionamento no contexto educacional, se não houver valorização dos conhecimentos que os mesmos detêm, chamado de conhecimento tradicional.

A necessidade de professores capacitados e também indígenas que conheçam a realidade dos discentes para que os mesmos possam valorizar os conhecimentos e também formular propostas que amparem os discentes indígenas.

A educação bilíngue, adequada às peculiaridades culturais dos diferentes grupos, é melhor atendida através de professores índios. É preciso reconhecer que a formação inicial e continuada dos próprios índios, enquanto professores de suas comunidades, deve ocorrer em serviço e concomitantemente à sua própria escolarização. A formação que se contempla deve capacitar os professores para a elaboração de currículos e programas específicos para as escolas indígenas; o ensino bilíngue, no que se refere à metodologia e ensino de segundas línguas e ao estabelecimento e uso de um sistema ortográfico das línguas maternas; a condução de pesquisas de caráter antropológico visando à sistematização e incorporação dos conhecimentos e saberes tradicionais das sociedades indígenas e à elaboração de materiais didático pedagógicos, bilíngues ou não, para uso nas escolas instaladas em suas comunidades. (Lei 10.172/2001/PNE)

A educação voltada para os povos indígenas requer uma atenção maior, sendo que o currículo deve atender as necessidades de povos, valorizando os seus conhecimentos, fortalecendo a sua identidade e sua cultura.

Os professores devem ter compromisso, devem estar preparados para propor uma educação diferenciada, onde os alunos poderão ser alfabetizados na sua língua materna. A alfabetização na língua materna é fundamental para o desenvolvimento dos alunos. Algumas comunidades não estão aceitando professores que não sejam indígenas por conta de os mesmos não ter entendimento da cultura, crenças e saberes tradicionais que o índio detém.

Na atualidade, a educação indígena está sendo considerada de má qualidade por conta das propostas voltadas para os povos indígenas que não são colocados em ação e também por falta de professores indígenas comprometidos com a educação. A falta de uma boa relação entre os discentes e o educador tem feito com que a educação não se desenvolvesse.

Seguindo os questionamentos sobre como os alunos desejam a educação, ficou claro que todos desejam uma educação que possa atender suas necessidades e as necessidades da comunidade, tendo em vista que os princípios legais preconizam uma educação diferenciada para os povos indígenas, com um currículo propriamente indígena e conteúdos com temática voltada para a valorização dos conhecimentos étnicos e morais dos indivíduos.

Acredita-se que os professores devam estar bem capacitados e comprometidos com a educação para se fazer um trabalho de qualidade, tendo em vista que os alunos mostram, como problema, a falta de compromisso dos educadores nas aulas. Fato curioso exposto pelos alunos é que há poucos dias de aulas durante o mês, levando-nos a refletir sobre o papel e o compromisso do educador no contexto educacional.

A falta de acompanhamento das famílias no decorrer do processo de ensino e aprendizagem dos discentes também tem prejudicado o processo de alfabetização e o desenvolvimento dos mesmos. A família tem um papel fundamental que proporciona contribuição para melhoria e para o desenvolvimento da educação nas comunidades indígenas.

Partindo dessa problematização, podemos dizer que a falta de compromisso dos professores e da família causou e está causando a evasão na escola. Os alunos já não se sentem motivados para estudar, e muitos sonhos e objetivos dos mesmos estão longe de ser alcançados por conta da educação que está sendo ofertada e também pela falta de compromisso de ambas as partes.

O importante é fazer com que os familiares de cada aluno não deixem só com o professor a responsabilidade dos resultados da escola. Também a comunidade deve apoiar, cobrar, exigir que as nossas crianças cresçam sabendo raciocinar e visar o futuro de todos. Edilson Jesus de Souza, professor Pataxó Hã Hãe, BA. (RCNEI, 1998. p. 66).

A partir desta concepção podemos perceber que o papel da família é fundamental na educação dos discentes. Ressaltando que muitas das vezes a responsabilidade de educar é cobrada somente dos professores e da escola, tendo em vista que a família deve apoiar o trabalho do educador para que possa se chegar em uma educação de qualidade que proporcione as crianças e jovens uma base de conhecimento maior.

Na atualidade, os pais estão se distanciando cada vez mais da responsabilidade de contribuir com a escola na educação de seus filhos, sendo que muitas vezes, os professores estão agindo no contexto educacional como educador e até mesmo como pai, considerando que a família não está atenta para o ensino e aprendizagem de seus filhos. Olhando isso, a comunidade de Tauaru não se diferencia desta realidade, e esse tem sido um dos maiores problemas encontrados durante a pesquisa.

Há outros problemas educacionais que acontecem, devido o “fator amazônico¹”, como é o caso da cheia do rio Solimões. Quando é na época da cheia, surgem muitos problemas e os alunos sentem dificuldades para chegar à escola e quando o assoalho da escola fica submerso, as aulas param, prejudicando o desenvolvimento da educação dos alunos.

¹ Momento ligado a cheia e vazante do rio Solimões em um determinado período do ano.

Surge a necessidade de uma proposta voltada para a educação e também um calendário que ajude as aulas a se desenvolverem corretamente, tendo em vista o aproveitamento dos dias que antecedem a cheia do rio. Nesse momento, é necessário que o estado e municípios respeitem o calendário ecológico da comunidade, tanto no período da cheia dos rios, quanto na época em que os pais precisam de seus filhos para ajudar nas plantações de mandioca, milho, feijão, arroz, melancia entre outros.

Calendário deve ser feito pelos próprios professores indígenas e deve ser respeitado pelo estado e município. Deve ser de acordo à necessidade da região, respeitando o tempo de trabalho das famílias e a natureza (a cheia dos rios, por exemplo). No tempo das cheias há dificuldade de deslocamento dos alunos na região da várzea. Enche o rio e as roças entram na água. Nesse tempo, as crianças e jovens ajudam os pais na colheita dos produtos da roça. (PROFESSORES TICUNA, AM. RCNEI,1998. p. 76).

O calendário indígena se refere a época de plantar, colher, pescar, caçar entre outros trabalhos que os indígenas executam na comunidade e também os rituais e as festas religiosas. Dessa maneira, a gestão do município deve ter em vigor propostas que possam atender essas demandas sociais.

Além do mais, na época das cheias dos rios, as roças entram nas águas e as famílias precisam trabalhar em dobro e os alunos deixam de ir para a aula por conta de alguns irem ajudar os seus familiares na colheita das plantações. E como o calendário da comunidade não é respeitado, os discentes são prejudicados no que se refere a educação.

Vale a pena refletir sobre as ações dos professores e também sobre as ações do município voltadas para a educação nessa comunidade, tendo em vista que deve haver propostas que proporcionem a formação continuada dos professores que atuam na área da educação indígenas, para que os mesmos possam desenvolver projetos que possam amparar o calendário da comunidade visando o desenvolvimento dos alunos.

Também é necessário refletir sobre as horas aulas que os alunos têm por dia, semana, mês e ano, para que os mesmos não sejam prejudicados por conta de terem poucas horas e poucos dias de aula durante o ano letivo. Esse é um dos fatores que tem prejudicado o desenvolvimento dos alunos e da educação na comunidade.

De acordo com Brito (1997, p 96), “para a educação básica é prevista uma carga horária anual mínima de 800 horas aulas com 200 dias letivos, excluído o período de exames finais”. A citação é esclarecedora sobre a quantidade de horas e dias que os professores devam alcançar durante o ano, tendo em vista que esses dias e horas não são alcançados pelos professores que

estão ministrando aula na comunidade. Dessa maneira, surge a necessidade de repensar sobre a quantidade e horas aulas que são ofertadas anualmente.

Diante desta análise, é necessária uma política voltada para minimizar esses problemas tendo em vista a qualidade da educação ofertada na comunidade e também o desenvolvimento dos alunos com base no que se refere a LDB de 1997. Com base nas restrições apontadas pelos alunos existem outras problemáticas como a falta de materiais didáticos e pedagógicos, uma escola com a estrutura física adequada, a falta de contratação de professores qualificados.

As dificuldades vividas são: falta de contratação de professores e de material didático específico, estrutura física inadequada (livros fora da realidade), diário de classe muito técnico, falta de conhecimento de currículo, de formação e (a dificuldade de) manter alunos por quatro horas dentro da sala de aula. Transporte para deslocamento, sistema de avaliação inadequado, falta de conhecimento das leis, a força da burocracia nas escolas, dificuldade em desenvolvimento curricular, falta de participação dos professores nas decisões. Professores Bororó, MT. (RCNEI,1998. p. 42).

A citação é esclarecedora e percebe-se que esses problemas não são somente do contexto educacional da escola municipal indígena Paraná da Saudade está presente em todos os territórios indígenas.

A esse respeito adverte-se que precisamos de políticas voltadas para a educação desses povos tradicionais, da contratação de professores qualificados, da disponibilização de materiais didáticos envolvendo a realidade da comunidade e também a cultura, identidade, línguas e conhecimentos tradicionais dos discentes; de um sistema de avaliação que envolva o contexto cultural e tradicional dos alunos; de uma proposta voltada para a discussão dos conteúdos que poderão ser aplicados na escola indígena; da formação continuada dos professores de acordo com o que está embasado nas leis, de um currículo propriamente indígena voltado para a valorização das realidades indígenas e também dos conhecimentos tradicionais.

Todo projeto escolar só será escola indígena se for pensado, planejado, construído e mantido pela vontade livre e consciente da comunidade. O papel do Estado e outras instituições de apoio deve ser de reconhecimento, incentivo e reforço para este projeto comunitário. Não se trata apenas de elaborar currículos, mas de permitir e oferecer condições necessárias para que a comunidade gere sua escola. Complemento do processo educativo próprio de cada comunidade, a escola deve se constituir a partir dos seus interesses e possibilitar sua participação em todos os momentos da definição da proposta curricular, do seu funcionamento, da escolha dos professores que vão lecionar, do projeto pedagógico que vai ser desenvolvido, enfim, da política educacional que será adotada. (Gersem dos Santos, professor Baniwa, AM). (RCNEI,1998. p. 25).

Devemos alertar para o fato de que alguns professores da comunidade fizeram projetos voltados para a melhoria da educação, abordando o calendário, a realidade, contexto cultural,

conhecimentos tradicionais, o fortalecimento da identidade e abordagem de conteúdo com temáticas indígenas. Ressaltando que esse projeto foi pensado, planejado e construído a partir da particularidade da comunidade, mas não obtiveram êxito na aplicação, tendo em vista que o estado e o município não reconheceram e não forneceram os materiais necessários para a execução da proposta. Para que o projeto fosse desenvolvido, era necessário o apoio do estado e do município no que se refere a legalização, contratação de novos professores, fornecimento dos materiais didáticos e pedagógicos, uma escola com a estrutura adequada, mudança da grade curricular, transporte para professores e alunos entre outras coisas necessárias para aplicação, mas como não houve parcerias não deram continuidade.

Seguindo os questionamentos sobre as ações dos professores, gestão da escola, estado e municípios pode-se observar que é necessário se pensar no comprometimento dos mesmos em relação a educação que está sendo ofertada na escola, tendo em vista que a falta de compromisso tem causado desconforto e também prejudicado o desenvolvimento da educação no local.

A partir dessa perspectiva, percebe-se que os alunos não estão satisfeitos com a maneira com que a educação está sendo desenvolvida e gerenciada pelos professores, gestão e também pelo estado e município. Ressaltando que a educação é um compromisso de todos e partindo dessas perspectivas são necessárias propostas para se trabalhar em parcerias para ofertar um ensino de qualidade.

Os professores, gestão e a comunidade podem trabalhar em parceria com outras instituições e também com outras comunidades, a fim de criarem um contexto mais abrangente e satisfatório para os alunos, focando o desenvolvimento e a qualificação dos mesmos.

Hoje em dia, buscando resolver seus problemas, as comunidades indígenas fazem parcerias com outras comunidades indígenas, com organizações governamentais e não governamentais. Lutam para se tornar autônomas e se auto-sustentar, não no sentido de se isolar, mas de poder relacionar-se com a sociedade envolvente com dignidade, respeito, com direitos e deveres a cumprir em vários setores e instâncias a qualquer hora e em qualquer lugar neste país. (RCNEI, 1998. p. 97).

A citação permite-nos entender o sentido que algumas comunidades indígenas estão procurando saída dos problemas e elaborando métodos e técnicas, almejando o seu desenvolvimento tanto na área da educação quando em outras áreas. Ressaltado também as lutas para se tornar autônomas e se auto-sustentar, não no sentido de se isolar, mas de poder se relacionar com a sociedade envolvente com dignidade, respeito com direitos e deveres a cumprir com se refere na citação acima.

Essas parcerias das comunidades indígenas têm resultado em benefícios para sua subsistência, sendo que os mesmos exigem que os seus direitos sejam respeitados de acordo com os termos legais existentes.

Em razão disso, algumas leis voltadas para a garantia dos direitos dos povos indígenas já estão em vigência, como a garantia de território, a cidadania, a educação, entre outros direitos legalizados.

Como se percebe algumas leis estão sendo cumpridas, mas ao longo do tempo tem surgido novos problemas que além de dificultar o ensino e aprendizagem dos alunos tem feito com que muitos deixassem de estudar. Vale a pena refletir sobre esses problemas que tem dificultado o desenvolvimento da educação na comunidade, tendo que as leis garantem a alfabetização na língua materna.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. § 2. O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. (CF, 1988, p 122).

A constituição assegura que o ensino regular seja ministrado em língua portuguesa, assegurando as comunidades a utilização da língua materna, o RCNEI (1998. p. 119) “ressalva que somente há pouco tempo começou-se, em algumas escolas, a utilizar as línguas indígenas na Alfabetização, ao se perceber as dificuldades de alfabetizar alunos em uma língua que eles não dominavam, o português”.

Tendo em vista o que assegura as leis, em relação a língua materna, vale refletir sobre o processo de alfabetização dos alunos na Escola Municipal Indígena Paraná da Saudade, levando em conta o fato curioso existente sendo que comunidade é da etnia Kokama e o processo de alfabetização está sendo feito em língua ticuna, assim dificultando ainda mais o processo de ensino e aprendizagem dos discentes. É importante verificar essa proposta de educação voltada para essa demanda social, visando o desenvolvimento desses discentes.

A esse respeito podemos observar que da maneira como está sendo ofertada a educação na comunidade, a qualidade não será alcançada, tendo em vista a distorção e o mau entendimento das leis que a garantem a alfabetização dos alunos indígenas em sua língua própria. A partir desta concepção e analisando as leis que garantem os direitos indígenas no que se refere a alfabetização, é necessário que se pense numa proposta voltada para as particularidades dessa educação visando a qualidade e o desenvolvimento do ensino. Isso por

que, os alunos e a comunidade são Kokama e deveriam serem alfabetizados em sua língua maternas - na língua Kokama (Tupi).

Para essas reflexões, pode-se concluir que os problemas apontados pelos alunos têm dificultado e prejudicado o processo de ensino e aprendizagem dos mesmos. Assim, surge a necessidade de parcerias entre professores, comunidades, estado e o município, visando uma proposta curricular que possa amparar esses discentes, levando em conta o seu contexto cultural, língua materna, conhecimentos tradicionais e o fortalecimento de sua identidade.

Pode-se dizer que as parcerias e as propostas são importantes no desenvolvimento das sociedades indígenas. Ressaltando que essas propostas só irão se concretizar se os próprios indivíduos da comunidade estiverem a frente do processo de construção, desenvolvimento e aplicação das ações educativas.

Na medida que seguiu os questionamentos percebe-se que apareceram muitos outros problemas que tem dificultado o desenvolvimento da educação, principalmente a falta de união entre os pais, professores e a comunidade educativa.

A construção de uma pedagogia escolar indígena vai ocorrendo com o trabalho de cada professor, em conjunto com sua comunidade educativa, a partir de uma atitude de curiosidade que resulta em processos de investigação e criação. (RCNEI,1998. p.65)

O argumento a cima é esclarecedor e permite entender que a união entre professores, pais e alunos é importante, visando a construção de uma pedagogia escolar propriamente indígena. Além do mais, a união entre ambas as partes pode trazer muitos benefícios para a comunidade, e também para a educação, tendo em vista que os professores e a comunidade podem se unir para reivindicar do estado e do município propostas voltada para um ensino de qualidade.

Também podem se unir para trabalhar em conjunto na construção de propostas curriculares que serão aplicadas na escola. Ressaltando que as escolas indígenas têm carência de professores qualificados. Outro fator que carece de atenção é a falta de matérias didáticos e pedagógicos para que as atividades sejam realizadas a contento. Partindo dessa concepção, os professores com a comunidade poderiam se unir para buscar meios para conseguir esses recursos visando o desenvolvimento de um trabalho de qualidade no contexto educacional.

Podemos perceber a importância da união e do trabalho em conjunto. Na entrevista feita com um aluno da Escola Indígena Paraná da Saudade, apareceram alguns comentários de alunos que devem ser registrados neste trabalho.

A união entre os professores, pais e lideranças da comunidade poder trazer muitos benefícios, tendo em vista que no ano passado nós estávamos sem os equipamentos para o desfile de sete de setembro como bumbo, tarol, pratos entre outras matérias para o desenvolvimento da confraternização e com união de ambas partes buscaram com a gestão do município e conseguiram esses materiais, e assim foi realizado a festa e o desfile. (Comentário de aluno do ensino fundamental).

Muitas vezes, o que falta é a união, com a união, podemos conseguir muitos recursos e benefícios para a comunidade e também para a escola.

Ao longo dos tempos com união e reivindicações, os povos indígenas têm conseguido muitos benefícios como uma educação diferenciada, demarcação do seu território e o direito à cidadania entre outros benefícios, tendo em vista que foram criados muitas diretrizes e leis para garantir que os direitos desses povos fossem cumpridos.

Seguindo os questionamentos sobre as sugestões de melhoria da educação na escola, percebeu-se que é necessário pensar em professores qualificados e comprometidos com a educação que está sendo ofertada, uma gestão com capacidade de administrar a escola, a participação dos pais na vida escolar dos filhos, comprometimento dos alunos com a educação, projetos voltados para a melhoria da educação na comunidade, apoio do estado e município no que se refere a educação.

Partindo dessas problemáticas, percebe-se que é necessária uma política de estado e município voltadas para a melhoria da educação e para oferta de um ensino de qualidade. Ressaltando que já há políticas voltadas para a oferta de um ensino de qualidade para os povos indígenas, mas não são aplicadas e desenvolvidas na comunidade por conta do compromisso que os professores, gestão, estado e município tem com a educação. A esse respeito adverte-se que é dever do estado e município proporcionar à sociedade indígena uma educação diferenciada que respeite seus valores, crenças, identidade, cultura e seus conhecimentos tradicionais.

Diante disso, pressupõem-se que é necessário se pensar no trabalho em parceria e em uma educação diferenciada para se chegar na qualidade do ensino, e também na capacitação dos professores que estão atuando nesse contexto. Tendo em vista que a maioria dos professores que estão atuando na comunidade tem apenas o ensino médio.

Com relação à formação do professor, a **LDB**, em seu Artigo 87, parágrafo 3º, inciso III, obriga a União, os Estados e os Municípios a realizarem programas de formação e capacitação de todos os professores em exercício, inclusive com recursos de educação à distância. O parágrafo 4º, do mesmo Artigo, diz que até o fim da década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço. (RCNEI,1998. p.34)

Assim, pode-se afirmar que é dever do estado e do município proporcionar a oferta de capacitação para os professores que vão atuar e para os que estão atuando nas comunidades indígenas, visando a melhoria da educação que será ofertada. De um modo geral, pode-se concluir que a falta de preparação e formação dos professores que estão atuando nesse contexto tem prejudicado o desenvolvimento dos alunos. É necessário se pensar e refletir sobre esses problemas, tendo em vista que a falta de preparação e formação dos educadores que estão sendo enviados para ministrar aulas aos alunos indígenas Kokama.

É necessário se pensar não somente na preparação e na formação dos professores, mas também nas ações do município voltadas para a educação que está sendo ofertada, tendo em vista que é dever do município criar propostas voltadas para o desenvolvimento de um ensino de qualidade na comunidade.

Como se percebe, a comunidade é muito influenciada pelas políticas partidárias do município e isso tem trazido muitos problemas, pois a decisão de escolha dos professores não é feita em parceria com os alunos, pais e lideranças. As políticas voltadas para a educação no município não permitem que a comunidade tenha autonomia de fazer a escolha dos professores que vão atuar no decorrer do ano letivo na escola. Ressaltando que os professores que são contratados e enviados para ministrar aula, não são indígenas da etnia Kokama e não tem formação de nível superior, nem estão preparados para atuarem no contexto educacional indígena, assim há uma discrepância nos comentários dos alunos, dos pais e do que é vivido pela escola.

[...] direitos, Lutas e Movimentos é da maior relevância para a população indígena brasileira. Sua veiculação na escola, ao longo do ensino fundamental, é importante para que cada aluno índio saiba e conheça os seus direitos – aqueles inerentes a todo ser humano, aqueles assegurados na Constituição e o potencial de conquista de outros novos. É um suporte para que povos e comunidades indígenas saibam exigir os seus direitos diante da sociedade nacional, para que esta saiba respeitar e preservar a integridade física e moral dos povos indígenas e para o exercício dos direitos dentro das próprias comunidades indígenas. (RCNEI, 1998. p. 99)

Isso permite-nos entender que os direitos dos povos indígenas são garantidos por leis que estão na constituição de 1988, na LDB e no PNE, contudo essas leis não estão sendo respeitadas e cumpridas como determinada nos preceitos legais.

Os povos indígenas têm autonomia nas decisões e nas escolhas dos professores, na discussão das propostas curriculares, visando os conteúdos e disciplinas que serão abordados nas aulas e também de exigir o cumprimento dos seus direitos diante da sociedade nacional, visando às melhorias e o desenvolvimento de sua classe social.

Além disso, os alunos indígenas se diferenciam dos demais, dessa maneira é necessário se pensar em uma educação voltada as particularidades da comunidade, da escola e dos alunos. Ressaltando que muitas das normas adotadas pelo sistema da educação brasileira contradizem a educação diferenciada, que é assegurada em leis. Dessa forma, é necessário que os povos indígenas trabalhem em parcerias para exigirem que todas as leis e diretrizes criadas para assegurar os seus direitos sejam cumpridas.

Nós, como educadores, não podemos perder de vista essa educação diferenciada para funcionar. Temos como ponto principal a história do nosso povo, desde a origem de sua existência, passando pelos massacres, pelas vitórias (...). Através destes acontecimentos é que nós vamos trabalhar com nossos alunos, levando para a sala de aula todos os conhecimentos da história; e por aí, juntos, vamos refletir e trocar experiências, fazendo com que o aluno cresça com outro ponto de vista perante a sociedade dominante. Para nós ensinarmos temos que buscar a história dos nossos povos mais idosos, e, no geral, de outros membros da comunidade, buscando todas as suas experiências, e elaborando o trabalho da escola com estas informações. Edilson Jesus de Souza, professor Pataxó Hã Hã Hãe, BA. (RCNEI,1998. p. 64)

A importância da oferta de uma educação diferenciada para os povos indígenas visa o desenvolvimento dos mesmos. É através da educação específica que os povos indígenas poderão ter acesso ao contexto históricos de sua cultura, língua, identidades, valores e também os conhecimentos tradicionais.

Os professores poderão estar trabalhando com os alunos de acordo com seu contexto cultural, e assim trazer a realidade para dentro da escola, com foco no seu dia a dia, visando uma absorção maior dos conhecimentos repassados. A partir das observações e conversas informais com os discentes, pôde-se perceber que os professores não trabalham visando a realidade dos alunos, nem seu contexto cultural e também não valoriza os seus conhecimentos. Além do mais, os conhecimentos repassados pelos professores fogem da realidade vivenciada pelos alunos no seu dia a dia, podemos perceber no comentário de um aluno entrevistado.

Passamos a descrever o comentário do aluno entrevistado:

“Nas aulas de ciências os professores falam sobre as baleias, e seu modo de vida, sobre sua alimentação e também sobre a sua reprodução, e da mesma maneira falam sobre os tubarões, com se reproduz, de que se alimentam. Esses conhecimentos não têm muito importância para nos alunos daqui da comunidade, tendo em vista que de acordo como está sendo gerenciado e aplicado os conteúdos nos conhecemos mais sobre as outras regiões do Brasil e de outros países de que sobre a nossa própria região, não sabemos quase nada sobre as coisas que existe próximo a nos. Sendo que a muitos outros seres vivos que existe na bacia amazônica que nós não temos nenhum conhecimento sobre eles. Um exemplo que eu posso expor é sobre o peixe boi, esse mamífero existe na nossa região e não temos muitos conhecimentos sobre eles e algumas coisas que sabemos sobre a vida dele é porque nossos pais e avós contam, sendo e isso não é repassado na escola mais deveria. Em vez de os professores estarem falando sobre as baleias eles deveriam falar sobre os peixes bois, como ele

se reproduz, onde vivi, como se alimenta, porque ele faz parte da nossa realidade”.
(Comentário de aluno do ensino fundamental).

Diante disso, analisando o comentário do aluno, podemos dizer que ele está falando a verdade, e essa é a realidade da educação que está sendo oferecida pelos professores nas escolas indígenas. A esse respeito adverte no sentido de que conhecemos mais sobre outras regiões e outros países do que onde moramos e vivemos. Além do mais, percebe-se que o trabalho realizado pelos professores no contexto educacional está fugindo da realidade dos alunos também está em contradição com as leis e diretrizes que garantem que a educação ofertada para os indígenas deve levar em conta seus conhecimentos tradicionais, a sua realidade, seu contexto cultural, seus costumes, crenças, valores, língua materna.

De acordo como está sendo abordada e gerenciada, a educação na comunidade convém advertir que se não forem criando propostas voltadas para as particularidades dessa escola, a qualidade não será alcançada, tendo em vista que corre o risco de os alunos abandonarem sua cultura, seus valores, costumes, crenças, tradições e os conhecimentos tradicionais e mergulhar em um mundo não indígena sem olhar para trás, assim prejudicando seu contexto cultural, histórico e também as próximas gerações de descendentes.

Seguindo os questionamentos com os pais sobre a educação que está sendo ofertada é necessário se pensar nas as ações e no comprometimento dos professores e município em relação à educação que está sendo oferecida. Tendo em vista que o município não está dando suportes necessários para o desenvolvimento do ensino no local, e também os professores e a gestão não estão buscando melhorias para o contexto educacional e atenção, é necessário se pensar em uma nova escola com estrutura adequada para receber os educandos. Ressaltando que a escola da comunidade está com a estrutura comprometida e também se tornou pequena para a quantidade de alunos matriculados.

Como se percebe, há muitos problemas que tem dificultado o desenvolvimento dos alunos e também da educação, sendo que os professores passam muitos dias sem ministrar aulas na escola. A esse respeito adverte no sentido de que além de os professores não cumprirem sua carga horária diária, mensal e anual, o fato curioso que surge é que os alunos continuam passando de ano, dessa maneira os mesmos estão sendo prejudicados. Tendo em vista que estão passando de anos sem estar preparados e capacitados para cursar a série seguinte.

De um modo geral, pode-se concluir que a falta de compromisso poderá trazer muitos problemas para a comunidade e também para os discentes.

Embora a educação escolar indígena tenha que enfrentar vários desafios e barreiras com relação à discriminação e preconceitos, o que fortalece a luta contra estes desafios é a tomada de consciência, por parte dos professores indígenas, de que a educação é um compromisso de todos. Que o presente documento possa oferecer também essas orientações e subsidiar melhor a elaboração de programas educativos, que atendam realmente aos interesses das comunidades e principalmente à elaboração de seus currículos específicos. Parecer do professor Enilton, Wapixana, RR. (RCNEI,1998. p. 44)

A citação permite-nos entender o sentido de que a educação indígena é um compromisso de todos, entretanto se os professores, gestão e o municípios não executarem um trabalho de qualidade os pais e alunos tem autonomia para cobrar e reivindicar a oferta de um ensino de qualidade que possa satisfazer as necessidades da comunidade e também dos alunos, da mesma maneira os professores e a gestão podem exigir do município os suportes necessários para a execução de um trabalho que vise a qualidade. A qualidade da educação só será alcançada se todos tiverem se comprometido com a mesma, todos devem trabalhar almejando um único objetivo, nesse momento é necessário se pensar em uma escola participativas onde todos os integrantes trabalhem juntos visando o desenvolvimento.

Ao logo do tempo tem surgido vários problemas como falta de professores para atuar na escola, a falta de material didático específico que possa ajudar os alunos e também os professores a executar um bom trabalho, estrutura física inadequada e comprometida da escola não garantindo a qualidade do ensino, falta de conhecimento do currículo voltado para a educação indígenas, dificuldade de manter os alunos 4 (quatro horas) dentro da sala por conta da intensidade do calor que faz no contexto educacional, gerada pela má estrutura da escola, sistema de avaliação inadequado, falta de conhecimento das leis que garantem uma educação diferenciada para os alunos indígenas, dificuldade de trabalhar com a realidade dos discentes, falta de participação dos pais e da comunidade nas decisões referentes à educação que é oferecida.

Diante disso, pressupõe-se que os pais não estão satisfeitos com a educação que está sendo ofertada, e um dos maiores problemas citado é a falta de compromisso dos educadores e também a falta de esclarecimento dos conteúdos repassados, sendo que os professores não estão utilizando as metodologias adequadas para ensinar os alunos. Muitos dos discentes têm dificuldade de fazer as tarefas repassadas na escola, muitos desses alunos não sabem ler corretamente em virtude de os métodos e técnicas que são utilizando no decorrer das aulas.

E importante que os professores tenham cursos de formação para ajudar na metodologia e nos instrumentos de trabalho. Assim, os conhecimentos e valores pensados e discutidos com muitas pessoas da comunidade serão organizados pelos professores nos cursos. Desta forma, conseguiremos construir uma pedagogia própria,

respeitando nosso modo de viver e pensar a vida. Professores Ticuna, AM. (RCNEI,1998. p. 249)

A citação é esclarecedora e nos permite entender que o curso de formação é fundamental para qualificar, preparar e dar suporte para que os professores possam assumir uma sala de aulas e executar um trabalho que possa satisfazer as necessidades dos discentes e melhorar a educação que está sendo oferecida. Percebe-se que as pessoas que estão exercendo as funções de professores na comunidade não têm nenhuma formação que lhe dê os suportes necessários para que os mesmos possam executar um trabalho de qualidade e também proporcionar propostas voltadas para a realidade dos alunos, respeitando o modo de vida, de pensar, agir e de adquirir os conhecimentos.

A partir desta concepção precisamos refletir sobre essas ações voltadas à educação, tendo em vista que os professores são responsáveis pelo ensino, e também por preparar, capacitar e dar os suportes necessários para que os discentes possam terminar o ensino fundamental e médio e depois está preparado para cursar uma faculdade.

É válido destacar que a função dos educadores é uma das mais importante da comunidade, do país e do mundo, os mesmos têm a função de mediar os conhecimentos, e também de agir como uma ponte que liga o mundo e todos os conhecimentos existentes aos alunos. Os professores são formadores de opiniões no meio social, tendo em vista a sua função é importante e se os mesmos não estiverem executando um trabalho de qualidade ele pode trazer muitos problemas para a educação e também para os discentes.

Deve-se salientar que de acordo com os pais o estado e município não tem dado o suporte necessário para a oferta de um ensino de qualidade na comunidade, visando que não fornece capacitação para os professores que estão atuando na comunidade, não fornece matérias didáticos e pedagógicos, não contrata professores com formação e capacitados para ministrar aulas para essa demanda social de discentes.

Diante a disso, pressupõe-se demonstrar que o quadro de professores da escola não está sendo o suficiente para a quantidade de discentes. Ressaltando que escola está utilizando o sistema multisseriado por conta dá quantidade de alunos e também por não ter salas suficientes na escola para a quantidade de matriculados.

Argumenta-se que esse sistema multisseriado tem prejudicado os discentes inseridos nesse contexto educacional.

O regime seriado, que procura agrupar os alunos pelo conteúdo da série, tendo sua aprendizagem limitada ao tempo do ano letivo de março a dezembro, também acaba por negar essa diversidade. Nesta lógica, uma criança de seis anos, um jovem de

quinze ou um adulto de quarenta que não sabem ler estão todos na 1ª série, ou seja, começando seu processo de aprendizagem. (RCNEI,1998. p. 78)

Diante do exposto, pode-se dizer que o sistema seriado limita a aprendizagem dos educandos, sendo que na escola alunos do 1º ano do ensino fundamental está tendo que estudar na mesma sala que os alunos do 2º ano, da mesma maneira acontece com discentes que estão cursando 3º ano e 4º ano do ensino fundamental. Com base nas restrições apontadas, percebe-se que esse sistema seriado só tem prejudicado o desenvolvimento e a oferta da educação.

Como se vê os professores também sentem muitas dificuldades para ministrar aulas para os alunos que participam das turmas onde é ofertado o ensino seriado, as dificuldades aparecem visivelmente nos repasses dos conteúdos, sendo que muitas das vezes uns alunos entendem facilmente e outros não. Ressaltando que os educadores têm que fazer a seleção dos conteúdos e também fazer um plano de aulas que amparam todas as classes que estão inseridos no mesmo contexto.

Em razão disso, muitos pais têm reivindicado da gestão da escola e também do município uma escola maior e a contratação de mais professores formados e capacitados para atuar no contexto educacional em atenção visando o fim do sistema seriado que é ofertando.

Seguindo os questionamentos com os professores sobre as ações do município voltadas para a educação na Escola Indígena Paraná da Saudade é necessário se pensar em refletir em propostas voltadas para a oferta de um ensino de qualidade. Tendo em vista que o município não tem dado o apoio necessários para que os professores pudessem ministrar uma aula que proporcionasse aos educandos um conhecimento de qualidade.

É valido destacar que o município não tem ajudado muito a comunidade no que se refere a educação, muitas das vezes os professores estão tendo que comprar livros, pincéis para quadro branco, lápis de cor, papel A4, cartolinas, E.V.A, cola entre outros materiais para que os mesmos possam realizar suas aulas, visando que o município não está fornecendo.

É importante verificar o comentário de um professor sobre os problemas existente na escola:

Em nosso entender não é culpa nossa se nós não ministrar uma aula que possa trazer conhecimento para os discentes, tendo em vista que o município não fornece os materiais que mais precisamos para a realização das aulas, então como vamos propor uma aula de qualidade se nem livros didáticos e fornecido para a escola, e também a gestão do município não faz nosso pagamento corretamente e isso tem nos prejudicados. Muitas das vezes é marcada uma data para o nosso pagamento e quando vamos para (Tabatinga-AM), tirar nosso dinheiro não sai o dinheiro. Com isso muitas vezes temos que ficar esperando 2 (duas) ou mais semanas no município para depois baixar para a comunidade. Nesse sentido os dias que passamos para tirar o salário, os alunos ficam sem estudar, isso tem acontecido todos os meses, então não temos como cumprir a carga horaria de aula que é, 200 (duzentos) dias letivos durante o ano ou 800 horas conforme está na LDB.

Diante do comentário exposto, percebe-se que o município não tem dado o suporte necessário para que os professores executem um trabalho de qualidade na escola. As propostas do município no que se refere a educação tem se distanciado cada vez mais do contexto educacional, causando e deixando muito problemas à vista na comunidade. A escola está com a estrutura comprometida, não está fornecendo materiais didáticos, não está fazendo o pagamento dos funcionários corretamente, a quantidade de funcionários como professores, vigia, merendeira, serviço gerais não é suficiente para a quantidade de alunos matriculados.

A partir da descrição, percebe-se que se a gestão do município e a secretaria de educação não tomarem medidas eficazes para investir na educação da comunidade, é provável que o ano que vem não dê para ministrar aulas na escola por conta da estrutura comprometida da mesma. É necessário se pensar em uma nova escola, com uma estrutura que possa suportar a quantidade de alunos e também que ofereça para os mesmos um clima educacional agradável.

Além do mais, muitos pais, com os problemas que tem surgido na educação local, estão tirando os seus filhos da comunidade e colocando para estudar na sede do município. Eles querem que seus filhos terminem o ensino fundamental, ensino médio e cursem uma faculdade, tendo em vista que eles acreditam que os filhos ficam na comunidade, não conseguirão atingir essa meta.

Seguindo os questionamentos sobre as dificuldades encontradas pelos professores no contexto educacional da escola é necessário se pensar nos problemas que o sistema multisseriado tem trazido no decorrer ao logo dos tempos. Essa é umas das maiores dificuldades encontradas nesse contexto educacional, tendo em vista que os professores têm que ministrar aulas para 60 alunos na mesma sala, e também os educadores tem que fazer um planejamento especial para que ampare todas as classes de alunos, sendo que muitas das vezes têm classe que tem um desenvolvimento perante os conteúdos repassados e outra não por conta sistema seriado.

O regime seriado, que procura agrupar os alunos pelo conteúdo da série, tendo sua aprendizagem limitada ao tempo do ano letivo de março a dezembro, também acaba por negar essa diversidade. Nesta lógica, uma criança de seis anos, um jovem de quinze ou um adulto de quarenta que não sabem ler estão todos na 1ª série, ou seja, começando seu processo de aprendizagem. (RCNEI,1998. p. 78)

A citação permite-nos entender que o sistema seriado limita a aprendizagem dos discentes inseridos no mesmo contexto educacional, tendo em vista que duas turmas estudando juntas na mesma sala, aumenta a quantidade de alunos no mesmo local, com idades mais diferenciadas e um grau de experiência maior, impede um trabalho com qualidade nas escolas indígenas. Além disso, os professores não conseguem orientar e nem construir o conhecimento

de forma coletiva com os alunos e é cansativo trabalhar com uma turma que chega em torno de 60 alunos.

Quando se considera não só o conteúdo escolar, mas a idade e a experiência prévia desses alunos, já não é mais possível entendê-los em um mesmo momento de sua formação. Um adulto de 40 anos, mesmo que não saiba ler, traz uma série de conhecimentos, de experiências, de bagagem cultural, diferentes de, por exemplo, uma criança de seis anos. Assim, mesmo que os dois não saibam ler, não podemos considerá-los como integrantes de um mesmo Ciclo de Formação. (RCNEI,1998. p. 78)

Argumentamos que, quando se considera não somente os conteúdos mais a idade e experiência prévia desses alunos, já não é mais possível entendê-los em um mesmo momento de sua formação. Tendo em vista que os alunos com a idade mais avançada que os outros já trazem consigo uma quantidade de conhecimento mais elevado. Dessa maneira, o sistema seriado só trará consequências e problemas para o desenvolvimento dos alunos e também da educação.

Além do mais não é fácil trabalhar dessa maneira e também os professores tem dificuldade na aplicação dos conteúdos, sabemos que educar um adolescente ou uma pessoa de 40 anos é muito diferente das formas usadas para educar uma criança. As metodologias são outras, a utilização do sistema seriado tem feito com que os professores usem uma única metodologia para educação tantos das crianças como dos jovens e adultos, e isso só tem prejudicado a qualidade do ensino ofertado.

Como percebemos, existem outros problemas com a união entre os professores e gestão da escola, é necessário se pensar em um trabalho em parcerias e em conjunto em pró de um único objetivo: a oferta de uma educação de qualidade. É muito importante as parcerias e os trabalhos em conjunto dentro de uma instituição, tendo em vista que se houver parcerias vão haver trabalhos de qualidade e a mesma se desenvolverá.

Argumentamos que estado, município, professores, gestão e a comunidade poderia trabalhar em parcerias e em conjunto para elaborar propostas para serem aplicadas na escola, visando o desenvolvimento dos alunos e também o ensino de qualidade. Essas parcerias vão proporcionar a comunidade muitos benefícios.

É importante frisar que algumas Secretarias Estaduais adotaram como estratégia de trabalho as parcerias na ação de formação dos professores indígenas: observaram que o trabalho avançou ao juntarem-se organizações indígenas e entidades não governamentais na construção deste trabalho que é a formação dos professores... Dartene Taukane, professora Bakairi, MT. (RCNEI,1998. p. 40)

Enfatiza-se que as parcerias têm um papel fundamental para a execução de uma proposta ou trabalho, na atualidade algumas secretarias estaduais estão fazendo parcerias e propostas voltadas para a formação e capacitação de professores indígenas.

Como percebemos, há carência dessas parcerias referentes à educação, e também para a capacitação dos professores que estão atuando na comunidade indígenas. Ressaltando que os professores que estão atuando na Escola Municipal Indígena Paraná da Saudade não são capacitados e também não têm nem formação. Tendo em vista que o estado e município poderiam trabalhar em conjunto para capacitar essa demanda de educadores para que os mesmos possam ter o suporte necessário para elaborar propostas voltadas para educação e também um currículo que pudesse valorizar os povos tradicionais e também seus, costumes, identidade, língua materna, conhecimentos e também sua cultura.

Outro dado importante que precisamos discutir é a participação da família na vida escolar dos discentes, tendo em vista que os pais não estão apoiando os professores na execução de seu trabalho como educador, e muitas das vezes é passado tarefa para a casa e muitos dos alunos chegam no outro dia com suas tarefas por fazer, porque os pais não estão acompanhando o desenvolvimento de seus filhos no que se refere a educação.

O importante é fazer com que os familiares de cada aluno não deixem só com o professor a responsabilidade dos resultados da escola. Também a comunidade deve apoiar, cobrar, exigir que as nossas crianças cresçam sabendo raciocinar e visar o futuro de todos. Edilson Jesus de Souza, professor Pataxó Hã Hãe, BA. (RCNEI, 1998. p. 66).

No entanto, como percebemos, na citação, a presença da família na vida escolar é fundamental para o desenvolvimento do discentes e também da educação, tendo em vista que os professores e as famílias vão dividir a reponsabilidade de educar, capacitar e construir os conhecimentos em conjunto com os educandos, tantos conhecimentos científicos quantos os tradicionais. Essa proposta de trabalhar em conjunto faz com que o trabalho do educador tenha um resultado satisfatório. O incentivo de ambos lados faz com que os educandos tenham um maior desenvolvimento nas disciplinas e também na educação que está sendo ofertada, sendo que os pais também poderiam ajudar a fazer as tarefas repassadas para casa, principalmente no que se refere a leitura.

É valido destacar a necessidade do acompanhamento dos pais no processo de alfabetização, sendo que é a partir da família que os conhecimentos históricos e tradicionais são repassados, os conhecimentos tradicionais são repassados de geração a geração dos mais velhos

para os mais novos através de histórias, contos, mitos, e é através desses conhecimentos repassados que são mantidos a cultura, identidade, língua e valores étnicos e morais.

Assim como já foi exaustivamente discutindo são necessários os trabalhos em parcerias e em conjunto com a comunidade, município, secretaria de educação, professores e a gestão da escola, visando um único objetivo. A oferta de um ensino de qualidade na comunidade. É necessário se pensar não somente nas parcerias, mas também na proposta voltada para as particularidades dos discentes Kokama, e também para a sua realidade visando uma absorção maior de conhecimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de pensar e refletir sobre a educação que está sendo ofertada na Escola Municipal Indígena Paraná da Saudade, tendo em vista aos problemas, tem dificultado o desenvolvimento dos educandos e também da educação. Argumenta-se que a educação que está sendo oferecida não está satisfazendo as necessidades da comunidade e dos alunos, sendo que os problemas são identificados com a falta de formação e capacitação dos professores, participação dos pais na vida escolar dos filhos, a falta de parcerias e de trabalho em conjunto entre pais, professores e o município, o esclarecimento dos conteúdos repassado, o compromisso do município, professores e da gestão no que se refere a educação ofertada, a falta de recurso e também de matérias didáticos e pedagógicos, o sistemas multisseriado, o currículo que não ampara a realidade dos discentes, a desvalorização da cultura, identidade, línguas materna, e conhecimentos tradicionais pelas propostas aplicadas e desenvolvidas na escola, a falta de uma escola nova e bem estruturada e adequada para receber a quantidade de alunos matriculado, os problemas no pagamento dos professores e dos outros funcionários da escola, a falta de contratação de educadores, a carência de propostas voltadas para as particularidade dos alunos inseridos no contexto educacional, o respeito aos direitos indígenas garantidos nos preceitos legais, a falta de uma boa relação entre professores-alunos, distorção e o mal entendimento das leis que garantem a alfabetização na línguas próprias, tendo em vista que a comunidade é Kokama e a alfabetização está sendo feita em língua Ticuna.

Como percebemos, há muitos problemas a resolver, pois a educação que está sendo ofertada para os alunos Kokama da comunidade de Tauaru. Tendo em vista que todos esses problemas têm feito com que a educação não se desenvolvesse corretamente e isso tem prejudicado tanto os alunos do ensino fundamental quanto os alunos que estão cursando o ensino médio e também a comunidade.

Diante disso, pressupõe-se que há necessidade de que os pais, professores e município discutam e trabalhem as propostas voltadas para melhorar a oferta e a qualidade da educação visando o desenvolvimento dos educandos e também da comunidade. O município poderia proporcionar projetos de capacitação dos professores que estão atuando no contexto educacional para preparar e capacitá-los para assumir uma sala de aula, e também proporcionar a eles todos os suportes necessários para a execução de um trabalho de qualidade que visará as particularidades dos discentes, e também que envolva sua realidade, respeite sua cultura, fortaleça sua identidade, e reforce seus conhecimentos tradicionais.

REFERÊNCIAS:

AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira. 6. Ed. Brasília:** UnB; Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, p. 561: As origens das instituições escolares.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial para a formação de professores indígenas /** Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC; SEF, 2002.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96,** de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília : MEC, 1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação - PNE/Ministério da Educação.** Brasília, DF: INEP, 2001.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação - PNE/Ministério da Educação.** Brasília, DF: INEP, 2014.

BRITO, Ana Rosa Peixoto de. **LDB: da “conciliação” possível à lei “proclamada”.** Belém 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido,** 17º. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GIL, António Carlos (**Métodos e técnicas de pesquisa social**). 6ª Ed. Editora Atlas S.A. São Paulo. Brasil 2008.

KAUARK, Fabiana. Metodologia da pesquisa: guia prático / Fabiana Kauark, Fernanda Castro Manhães e Carlos Henrique Medeiros. – Itabuna: Via Litterarum, 2010.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. - Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo, E.P.U., 1986.

MEC/SEF. **REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA AS ESCOLAS INDÍGENAS.** Brasília: MEC/SEF,1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento.** Pesquisa qualitativa em saúde. 4 ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1996.

SILVA, Edna Lúcia da **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação/Edna Lúcia da Silva, Estera Muszkat Menezes.** – 4. ed. rev. atual. – Florianópolis: UFSC, 2005

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Caros Alunos, os questionários que estão sendo propostos devem ser respondidos de forma clara objetiva e de mais pura honestidade. Visando uma melhor educação para a comunidade.

PARA OS ALUNOS

- 1). A educação que está sendo oferecida na escola está satisfazendo suas necessidades?

- 2). De acordo com seu ponto de vista de que forma poderia ser oferecida a educação para que pudesse atender as suas necessidades?

- 3). Quais são os maiores problemas que dificultam seu desenvolvimento no que se refere a educação?

- 4). O que os professores e a direção da escola poderiam fazer para que a educação tivesse um desenvolvimento adequado dentro da comunidade?

- 5). De acordo com sua concepção o que a comunidade poderia fazer para melhorar a educação?

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Caros Professores, os questionários que estão sendo propostos devem ser respondidos de forma clara objetiva e de mais pura honestidade. Visando uma melhor educação para a comunidade.

PARA PROFESSORES

- 1). O que o sistema de ensino poderia fazer para que você executasse um bom trabalho no contexto educacional da Escola Municipal Indígena Paraná da Saudade?
- 2). Quais são os maiores problemas existente no contexto educacional que dificultam a execução do seu trabalho?
- 3). O que você como professor poderia fazer para melhorar a qualidade da educação nesse local?
- 4). Os recursos didáticos que são oferecidos pelo sistema de ensino são suficientes para atender a demanda de alunos da escola?
- 5). O sistema de ensino tem lhe dado suporte para execução do seu trabalho na comunidade?
- 6). Quais sugestões você daria para melhorar a qualidade da educação na comunidade?

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Caros Pai, os questionários que estão sendo propostos devem ser respondidos de forma clara objetiva e de mais pura honestidade. Visando uma melhor educação para a comunidade.

PARA OS PAIS

1. A educação que está sendo oferecida para seus filhos está contribuição com o desenvolvimento dos mesmos?
2. Os professores que são enviados pelo sistema de educação estão satisfazendo a necessidade dos alunos?
3. De acordo com seu ponto de vista o que os professores poderiam fazer para melhorar a educação dos alunos?